



EDIÇÃO ESPECIAL

Conforme Parágrafo Único do Art. 4 do
Decreto 5.348/2005 de 16/06/2005.

SEMANÁRIO OFICIAL

João Pessoa, 06 a 12 de março de 2022 * nº 1832 * Pág. 001/038

SEREM

INSTRUÇÃO NORMATIVA TRIBUTÁRIA SEREM N. 002, DE 08 de março de 2022.

O **SECRETÁRIO DA RECEITA MUNICIPAL**, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 66, parágrafo único, inciso IV, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, de 2 de abril de 1990; pelo artigo 277, parágrafo único, da Lei Complementar n. 53, de 23 de dezembro de 2008; pelo artigo 3º da Lei Ordinária Municipal n. 14.129, de 20 de abril de 2021 e atendendo ao disposto no artigo 153 do Regulamento do Código Tributário Municipal - RCTM, aprovado pelo Decreto n. 6.829, de 11 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer obrigatoriedade de apresentação de documentos para fins de instauração de processos e procedimentos específicos e definir normas para rotinas de atendimento no âmbito da Secretaria da Receita Municipal.

Parágrafo único. Todos os processos e procedimentos serão instaurados e tramitados eletronicamente, nos sistemas informatizados em uso no âmbito da Secretaria da Receita Municipal.

Art. 2º Serão exigidos dos requerentes de processos e procedimentos administrativos a apresentação dos documentos referidos no Anexo I desta Instrução Normativa.

§1º Para fins do disposto nesta Instrução Normativa, serão considerados como instrumento de transmissão ou cessão de direito para emissão de Guia de ITBI:

I – contrato de compra e venda, ou de permuta, sendo ambos com reconhecimento de firma dos contratantes;

II – contrato de compromisso ou promessa de compra e venda, com reconhecimento de firma dos contratantes;

III – procuração por instrumento público ou particular, neste caso com firma reconhecida, que confira poderes para aquisição do imóvel pelo mandatário, podendo conter ou não cláusulas que:

- a) autorizem o subestabelecimento a terceiros;
- b) permitam transferência do imóvel a terceiro;
- c) identifiquem o caráter irrevogável ou irretroatável do mandato;
- d) liberem o mandatário do dever de prestar contas;

IV – contrato de financiamento junto à instituição financeira;

V – sentença de adjudicação, com termo de avaliação judicial, se houver;

VI – sentença judicial de partilha, com termo de avaliação judicial, se houver, quando a cessão de direitos de um dos cônjuges/companheiros em favor de outro for realizada a título oneroso e configure excesso na meação que lhe seria originalmente devida;

VII – carta de arrematação com termo de avaliação judicial, se houver; ou

VIII – declaração no formato definido pelo Anexo II desta Instrução Normativa, subscrita pelo alienante/cedente e adquirente/cessionário ou seu(s) procurador(es), quando:

- a) a cessão não tenha sido formalizada por instrumento escrito; ou
- b) não sendo caso de cessão, as partes tenham convenicionado que o pagamento dar-se-á à vista, no momento da formalização da transmissão perante o Cartório de Registro de Imóveis.

§2º A intervenção de representantes legais ou convencionais em processos e procedimentos administrativos será admitida desde que seja apresentado junto ao requerimento:

I – em caso de representação de pessoa jurídica: ato que nomeou ou designou o representante;

II – em caso de representação legal de pessoa civilmente incapaz:

- a) a certidão de nascimento do representado; e
- b) a sentença judicial, tratando-se de curatela; ou
- c) o instrumento público ou particular que nomeou o tutor, tratando-se de tutela;

III – em caso de representação convencional: procuração, por instrumento público ou por instrumento particular, com reconhecimento da firma do representado neste último caso.

IV – em caso de representação de espólio, termo de compromisso judicial ou extrajudicial de inventariante ou, na hipótese de não se ter dado início ao procedimento de inventário, comprovante de inscrição no CPF e documento de identidade da pessoa que estiver na administração da herança, obedecendo-se a seguinte ordem, nos termos do artigo 1.797 do Código Civil Brasileiro:

- a) ao cônjuge ou companheiro, se com o outro convivia ao tempo da abertura da sucessão;
- b) ao herdeiro que estiver na posse e administração dos bens, e, se houver mais de um nessas condições, ao mais velho;
- c) ao testamenteiro;
- d) a pessoa de confiança do juiz, na falta ou escusa das indicadas nos incisos antecedentes, ou quando tiverem de ser afastadas por motivo grave levado ao conhecimento do juiz.

§3º Para fins de comprovação do vínculo, a pessoa que estiver na administração da herança cujo procedimento de inventário não tenha sido iniciado, deverá juntar ao requerimento cópia dos seguintes documentos:

I - no caso de cônjuge ou companheiro, conforme a alínea "a" do inciso IV do parágrafo anterior, certidão de casamento, decisão judicial que

reconheceu a união estável, escritura pública de união estável lavrada por tabelião ou outro documento que comprove a sua condição de companheiro;

II - no caso de herdeiro, conforme a alínea "b" do inciso IV do parágrafo anterior, certidão de nascimento e/ou outros documentos que comprovem sua condição de herdeiro legítimo ou testamentário;

III - no caso de testamenteiro, conforme a alínea "c" do inciso IV do parágrafo anterior, o testamento por qualquer de suas formas legais; ou

IV - no caso de pessoa indicada pelo juiz, conforme a alínea "d" do inciso IV do parágrafo anterior, decisão judicial que o nomeou para a administração da herança.

§4º Salvo disposição expressa em sentido contrário, as certidões de registro ou de inteiro teor, expedidas por Cartórios de Registro de Imóveis, para ser anexadas ao processo ou procedimento devem contar com o máximo de 90 (noventa) dias de sua expedição.

Assinado por 1 pessoa: SEBASTIAO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://app.pessoa.1tec.com.br/verificacao/8625-C370-9342-0BAE> e informe o código 8625-C370-9342-0BAE



Assinado por 1 pessoa: SEBASTIAO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://app.pessoa.1tec.com.br/verificacao/8625-C370-9342-0BAE> e informe o código 8625-C370-9342-0BAE



Assinado por 1 pessoa: SEBASTIAO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://app.pessoa.1tec.com.br/verificacao/8625-C370-9342-0BAE> e informe o código 8625-C370-9342-0BAE



Assinado por 1 pessoa: SEBASTIAO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://app.pessoa.1tec.com.br/verificacao/8625-C370-9342-0BAE> e informe o código 8625-C370-9342-0BAE



Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

1.1.4 Imunidade**1.1.4.1 IPTU-Imunidade-Assistência Social****Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado**

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o

imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Documentos para Pessoa Jurídica - Imunidade

Lei, estatuto ou contrato social da entidade

Alvará de Licença para Localização e Funcionamento

Alvará de Licença Sanitária, se cabível

Alvará de Licença Ambiental, se cabível

Balanco Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício, relativo aos cinco últimos anos ou desde o início das atividades, se inferior a cinco anos

Folha mensal de pagamento de pessoal, relativo aos cinco últimos anos ou desde o início das

Declaração de que irá utilizar ou comprovante de utilização do imóvel objeto do pedido, exclusivamente, para o desenvolvimento dos objetivos institucionais da entidade (esta declaração

Outros Documentos

Declaração própria contendo a política de atendimento da entidade de assistência social, conforme

exigência da legislação tributária

Observações

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

A instrução do procedimento demandará análise do cumprimento das obrigações acessórias pertinentes aos sistemas informatizados da Declaração de Serviços Prestados, Declaração de

1.1.4.2 IPTU-Imunidade-Educação**Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado**

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Página 3 de 137



Assinado por 1 pessoa: SEBASTIAO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://oapessoa.15cc.com.br/verificacao/B025-C070-0A02-0BAE e informe o código B025-C070-0A02-0BAE

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Documentos para Pessoa Jurídica - Imunidade

Lei, estatuto ou contrato social da entidade

Alvará de Licença para Localização e Funcionamento

Alvará de Licença Sanitária, se cabível

Alvará de Licença Ambiental, se cabível

Balanco Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício, relativo aos cinco últimos anos ou desde o início das atividades, se inferior a cinco anos

Folha mensal de pagamento de pessoal, relativo aos cinco últimos anos ou desde o início das

Declaração de que irá utilizar ou comprovante de utilização do imóvel objeto do pedido, exclusivamente, para o desenvolvimento dos objetivos institucionais da entidade (esta declaração

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

A instrução do procedimento demandará análise do cumprimento das obrigações acessórias

pertinentes aos sistemas informatizados da Declaração de Serviços Prestados, Declaração de

1.1.4.4 IPTU-Imunidade-Recíproca**Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado**

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o

imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Documentos para Pessoa Jurídica - Imunidade

Lei, estatuto ou contrato social da entidade

Declaração de que irá utilizar ou comprovante de utilização do imóvel objeto do pedido, exclusivamente, para o desenvolvimento dos objetivos institucionais da entidade (esta declaração

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Página 5 de 137



Assinado por 1 pessoa: SEBASTIAO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://oapessoa.15cc.com.br/verificacao/B025-C070-0A02-0BAE e informe o código B025-C070-0A02-0BAE

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o

imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Documentos para Pessoa Jurídica - Imunidade

Lei, estatuto ou contrato social da entidade

Alvará de Licença para Localização e Funcionamento

Alvará de Licença Sanitária, se cabível

Alvará de Licença Ambiental, se cabível

Balanco Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício, relativo aos cinco últimos anos ou desde o início das atividades, se inferior a cinco anos

Folha mensal de pagamento de pessoal, relativo aos cinco últimos anos ou desde o início das

Declaração de que irá utilizar ou comprovante de utilização do imóvel objeto do pedido, exclusivamente, para o desenvolvimento dos objetivos institucionais da entidade (esta declaração

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

A instrução do procedimento demandará auditoria fiscal especialmente designada para análise da

1.1.4.3 IPTU-Imunidade-Partidos Políticos**Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado**

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Página 4 de 137



Assinado por 1 pessoa: SEBASTIAO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://oapessoa.15cc.com.br/verificacao/B025-C070-0A02-0BAE e informe o código B025-C070-0A02-0BAE

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

A imunidade da autarquia ou fundação pública aplica-se ao patrimônio vinculado à sua finalidade essencial ou dela decorrente, não se estendendo ao patrimônio, à renda e aos serviços

relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a

1.1.4.5 IPTU-Imunidade-Religiosa**Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado**

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o

imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Documentos para Pessoa Jurídica - Imunidade

Lei, estatuto ou contrato social da entidade

Alvará de Licença para Localização e Funcionamento

Alvará de Licença Sanitária, se cabível

Alvará de Licença Ambiental, se cabível

Declaração de que irá utilizar ou comprovante de utilização do imóvel objeto do pedido, exclusivamente, para o desenvolvimento dos objetivos institucionais da entidade (esta declaração

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

A instrução do procedimento demandará análise do cumprimento das obrigações acessórias pertinentes aos sistemas informatizados da Declaração de Serviços Prestados, Declaração de

1.1.4.6 IPTU-Imunidade-Sindicato**Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado**

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Página 6 de 137



Assinado por 1 pessoa: SEBASTIAO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://oapessoa.15cc.com.br/verificacao/B025-C070-0A02-0BAE e informe o código B025-C070-0A02-0BAE

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Documentos para Pessoa Jurídica - Imunidade

Lei, estatuto ou contrato social da entidade

Alvará de Licença para Localização e Funcionamento

Alvará de Licença Sanitária, se cabível

Alvará de Licença Ambiental, se cabível

Balanco Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício, relativo aos cinco últimos anos ou desde o início das atividades, se inferior a cinco anos

Folha mensal de pagamento de pessoal, relativo aos cinco últimos anos ou desde o início das

Declaração de que irá utilizar ou comprovante de utilização do imóvel objeto do pedido, exclusivamente, para o desenvolvimento dos objetivos institucionais da entidade (esta declaração

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

A instrução do procedimento demandará análise do cumprimento das obrigações acessórias pertinentes aos sistemas informatizados da Declaração de Serviços Prestados, Declaração de

1.1.5 Incentivo Fiscal-Isenção

1.1.5.1 IPTU-Incentivo Fiscal-Isenção-Associação Carente

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Documentos para Pessoa Jurídica - Incentivo Fiscal Imobiliário - Isenção ou Redução

Página 7 de 137



Assinado por 1 pessoa: SEBASTIAO FERREIRA ALVES. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/B025-C070-93A2-GBAE e informe o código B025-C070-93A2-GBAE

- I) contracheque ou comprovante de pagamento (salário, rendimento ou remuneração) em nome do requerente e demais componentes do grupo familiar, relativo ao mês de entrada do processo ou
- II) comprovante de pagamento da pensão, recebida pelo requerente e demais componentes do grupo familiar, relativo ao mês de entrada do processo ou mês imediatamente anterior, ou
- III) caso o requerente ou algum membro do grupo familiar não possua renda, declaração do INSS, comprovando que o mesmo não é beneficiário de aposentadoria ou pensão

Observações

Por exigência fixada nos termos da legislação tributária, para pleitear, obter e permanecer no gozo de quaisquer incentivos ou benefícios fiscais o interessado deverá fazer prova de quitação de dívidas municipais tributárias e não-tributárias, inscritas ou não na dívida ativa da Fazenda Pública. Na escritura pública ou título aquisitivo deve constar a informação de que o imóvel foi construído pelo Programa Casa Verde e Amarela ou pelo do Programa Minha Casa Minha Vida, ambos do Como condição para deferimento do pedido, o imóvel deverá, obrigatoriamente, ter área construída privativa de até 60 m² e padrão construtivo subnormal, baixo ou normal. A renda bruta mensal familiar não poderá ser superior a 2 (dois) salários mínimos.

1.1.5.3 IPTU-Incentivo Fiscal-Isenção-Centro Histórico

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Documentos para Pessoa Jurídica - Incentivo Fiscal Imobiliário - Isenção ou Redução

Lei, estatuto ou contrato social da entidade

Alvará de Licença para Localização e Funcionamento

Alvará de Licença Sanitária, se cabível

Alvará de Licença Ambiental, se cabível

Página 9 de 137



Assinado por 1 pessoa: SEBASTIAO FERREIRA ALVES. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/B025-C070-93A2-GBAE e informe o código B025-C070-93A2-GBAE

Lei, estatuto ou contrato social da entidade

Alvará de Licença para Localização e Funcionamento

Alvará de Licença Sanitária, se cabível

Alvará de Licença Ambiental, se cabível

Declaração de que irá utilizar ou comprovante de utilização do imóvel objeto do pedido, exclusivamente, para o desenvolvimento dos objetivos institucionais da entidade (esta declaração

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

Por exigência fixada nos termos da legislação tributária, para pleitear, obter e permanecer no gozo de quaisquer incentivos ou benefícios fiscais o interessado deverá fazer prova de quitação de dívidas municipais tributárias e não-tributárias, inscritas ou não na dívida ativa da Fazenda Pública

1.1.5.2 IPTU-Incentivo Fiscal-Isenção-Baixa Renda

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Documentos para Pessoa Física - Incentivo Fiscal Imobiliário - Isenção ou Redução

Certidões (negativa/positiva) de ambos os Cartórios de Registro de Imóveis (Carlos Ulysses Eunápio Torres), expedidas em até 90 (noventa) dias, comprovando que o requerente é proprietário

Se casado ou mantém união estável:

I) certidões idênticas às do item anterior em nome do cônjuge ou companheiro do requerente,

II) certidão de casamento ou declaração de união estável (em caso de cônjuge ou companheiro falecido, juntar certidão de óbito, no lugar da certidão ou declaração de casamento ou de união

Comprovante de residência atualizado, relativo a período inferior a 90 (noventa) dias, tais como água, energia, telefone fixo, tv a cabo, condomínio, cartão de crédito, etc.

Outros Documentos

Para comprovação da renda bruta mensal familiar:

Página 8 de 137



Assinado por 1 pessoa: SEBASTIAO FERREIRA ALVES. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/B025-C070-93A2-GBAE e informe o código B025-C070-93A2-GBAE

Declaração de que irá utilizar ou comprovante de utilização do imóvel objeto do pedido, exclusivamente, para o desenvolvimento dos objetivos institucionais da entidade (esta declaração

Outros Documentos

Certidão da Comissão de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, comprovando a localização do imóvel no perímetro do Centro Histórico do Município

Certidão da Comissão de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, comprovando que imóvel passou por restauração integral ou parcial

Observações

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

Por exigência fixada nos termos da legislação tributária, para pleitear, obter e permanecer no gozo de quaisquer incentivos ou benefícios fiscais o interessado deverá fazer prova de quitação de dívidas municipais tributárias e não-tributárias, inscritas ou não na dívida ativa da Fazenda Pública

1.1.5.4 IPTU-Incentivo Fiscal-Isenção-Clube Futebol

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Documentos para Pessoa Jurídica - Incentivo Fiscal Imobiliário - Isenção ou Redução

Lei, estatuto ou contrato social da entidade

Alvará de Licença para Localização e Funcionamento

Alvará de Licença Sanitária, se cabível

Alvará de Licença Ambiental, se cabível

Declaração de que irá utilizar ou comprovante de utilização do imóvel objeto do pedido, exclusivamente, para o desenvolvimento dos objetivos institucionais da entidade (esta declaração

Outros Documentos

Declaração da Federação Paraibana de Futebol que ateste sua condição de clube amador

Observações

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

Página 10 de 137



Assinado por 1 pessoa: SEBASTIAO FERREIRA ALVES. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/B025-C070-93A2-GBAE e informe o código B025-C070-93A2-GBAE

Por exigência fixada nos termos da legislação tributária, para pleitear, obter e permanecer no gozo de quaisquer incentivos ou benefícios fiscais o interessado deverá fazer prova de quitação de dívidas municipais tributárias e não-tributárias, inscritas ou não na dívida ativa da Fazenda Pública

1.1.5.5 IPTU-Incentivo Fiscal-Isenção-Ex-combatente
Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Documentos para Pessoa Física - Incentivo Fiscal Imobiliário - Isenção ou Redução

Certidões (negativa/positiva) de ambos os Cartórios de Registro de Imóveis (Carlos Ulysses e Eunápio Torres), expedidas em até 90 (noventa) dias, comprovando que o requerente é proprietário

Se casado ou mantém união estável:
I) certidões idênticas às do item anterior em nome do cônjuge ou companheiro do requerente,
II) certidão de casamento ou declaração de união estável (em caso de cônjuge ou companheiro falecido, juntar certidão de óbito, no lugar da certidão ou declaração de casamento ou de união

Comprovante de residência atualizado, relativo a período inferior a 90 (noventa) dias, tais como: água, energia, telefone fixo, tv a cabo, condomínio, cartão de crédito, etc.

Outros Documentos

Declaração do Ministério da Defesa ou órgão equivalente que comprove sua qualidade de ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira, informando:

I) a participação efetiva em operações bélicas durante a 2ª Guerra Mundial; ou
II) ter cumprido missões explícitas de vigilância, segurança ou patrulhamento do litoral ou ilhas

Observações

Por exigência fixada nos termos da legislação tributária, para pleitear, obter e permanecer no gozo de quaisquer incentivos ou benefícios fiscais o interessado deverá fazer prova de quitação de dívidas municipais tributárias e não-tributárias, inscritas ou não na dívida ativa da Fazenda Pública

1.1.5.6 IPTU-Incentivo Fiscal-Isenção-Habitação Popular
Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

Página 11 de 137



CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Documentos para Pessoa Física - Incentivo Fiscal Imobiliário - Isenção ou Redução

Certidões (negativa/positiva) de ambos os Cartórios de Registro de Imóveis (Carlos Ulysses e Eunápio Torres), expedidas em até 90 (noventa) dias, comprovando que o requerente é proprietário

Se casado ou mantém união estável:
I) certidões idênticas às do item anterior em nome do cônjuge ou companheiro do requerente,
II) certidão de casamento ou declaração de união estável (em caso de cônjuge ou companheiro falecido, juntar certidão de óbito, no lugar da certidão ou declaração de casamento ou de união

Comprovante de residência atualizado, relativo a período inferior a 90 (noventa) dias, tais como: água, energia, telefone fixo, tv a cabo, condomínio, cartão de crédito, etc.

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Por exigência fixada nos termos da legislação tributária, para pleitear, obter e permanecer no gozo de quaisquer incentivos ou benefícios fiscais o interessado deverá fazer prova de quitação de dívidas municipais tributárias e não-tributárias, inscritas ou não na dívida ativa da Fazenda Pública

Como condição para deferimento do pedido, o imóvel deverá, obrigatoriamente, ter área construída privativa de até 60 m² e padrão construtivo subnormal ou baixo

1.1.5.7 IPTU-Incentivo Fiscal-Isenção-Imóvel Cedido
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Página 12 de 137



Documentos para Pessoa Jurídica - Incentivo Fiscal Imobiliário - Isenção ou Redução

Lei, estatuto ou contrato social da entidade

Alvará de Licença para Localização e Funcionamento

Alvará de Licença Sanitária, se cabível

Alvará de Licença Ambiental, se cabível

Declaração de que irá utilizar ou comprovante de utilização do imóvel objeto do pedido, exclusivamente, para o desenvolvimento dos objetivos institucionais da entidade (esta declaração

Outros Documentos

Contrato ou instrumento da cessão gratuita, firmado com o ente público

Observações

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

Por exigência fixada nos termos da legislação tributária, para pleitear, obter e permanecer no gozo de quaisquer incentivos ou benefícios fiscais o interessado deverá fazer prova de quitação de dívidas municipais tributárias e não-tributárias, inscritas ou não na dívida ativa da Fazenda Pública

1.1.5.8 IPTU-Incentivo Fiscal-Isenção-Loja Maçônica
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Documentos para Pessoa Jurídica - Incentivo Fiscal Imobiliário - Isenção ou Redução

Lei, estatuto ou contrato social da entidade

Alvará de Licença para Localização e Funcionamento

Alvará de Licença Sanitária, se cabível

Alvará de Licença Ambiental, se cabível

Declaração de que irá utilizar ou comprovante de utilização do imóvel objeto do pedido, exclusivamente, para o desenvolvimento dos objetivos institucionais da entidade (esta declaração

Outros Documentos

Em caso de imóvel alugado, juntar:

Contrato de locação do imóvel objeto do pedido (o prazo da locação deverá abranger, no mínimo, os 12 (doze) meses do exercício seguinte aquele em que foi protocolado o requerimento); e

Declaração do proprietário do imóvel, informando que está ciente e que concorda com a concessão

Página 13 de 137



Observações

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

Por exigência fixada nos termos da legislação tributária, para pleitear, obter e permanecer no gozo de quaisquer incentivos ou benefícios fiscais o interessado deverá fazer prova de quitação de dívidas municipais tributárias e não-tributárias, inscritas ou não na dívida ativa da Fazenda Pública

1.1.5.9 IPTU-Incentivo Fiscal-Isenção-Menor Adotado
Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Documentos para Pessoa Física - Incentivo Fiscal Imobiliário - Isenção ou Redução

Certidões (negativa/positiva) de ambos os Cartórios de Registro de Imóveis (Carlos Ulysses e Eunápio Torres), expedidas em até 90 (noventa) dias, comprovando que o requerente é proprietário

Se casado ou mantém união estável:

I) certidões idênticas às do item anterior em nome do cônjuge ou companheiro do requerente,

II) certidão de casamento ou declaração de união estável (em caso de cônjuge ou companheiro falecido, juntar certidão de óbito, no lugar da certidão ou declaração de casamento ou de união

Comprovante de residência atualizado, relativo a período inferior a 90 (noventa) dias, tais como: água, energia, telefone fixo, tv a cabo, condomínio, cartão de crédito, etc.

Outros Documentos

Certidão de nascimento do menor adotado ou RG ou equivalente do mesmo

Sentença judicial que defere a adoção ou termo judicial de guarda provisória

Certidão de trânsito em julgado da sentença descrita no item anterior ou documento equivalente

Observações

Por exigência fixada nos termos da legislação tributária, para pleitear, obter e permanecer no gozo de quaisquer incentivos ou benefícios fiscais o interessado deverá fazer prova de quitação de dívidas municipais tributárias e não-tributárias, inscritas ou não na dívida ativa da Fazenda Pública

O(s) pai(s) adotivo(s) deverá(ão) ser proprietário(s) do imóvel, cujo valor venal no Cadastro Imobiliário não poderá ultrapassar R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais). O prazo do

1.1.5.10 IPTU-Incentivo Fiscal-Isenção-Policial Militar-Civil
Identificação Requerente Pessoa Física

Página 14 de 137



RG ou equivalente
CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Documentos para Pessoa Física - Incentivo Fiscal Imobiliário - Isenção ou Redução

Certidões (negativa/positiva) de ambos os Cartórios de Registro de Imóveis (Carlos Ulysses e Eunápio Torres), expedidas em até 90 (noventa) dias, comprovando que o requerente é proprietário. Se casado ou mantém união estável.

I) certidões idênticas às do item anterior em nome do cônjuge ou companheiro do requerente,
II) certidão de casamento ou declaração de união estável (em caso de cônjuge ou companheiro falecido, juntar certidão de óbito, no lugar da certidão ou declaração de casamento ou de união).
Comprovante de residência atualizado, relativo a período inferior a 90 (noventa) dias, tais como: água, energia, telefone fixo, tv a cabo, condomínio, cartão de crédito, etc.

Outros Documentos

Contracheque ou comprovante de pagamento (salário, rendimento ou remuneração), relativo ao mês de entrada do processo ou mês imediatamente anterior

Observações

Por exigência fixada nos termos da legislação tributária, para pleitear, obter e permanecer no gozo de quaisquer incentivos ou benefícios fiscais o interessado deverá fazer prova de quitação de dívidas municipais tributárias e não-tributárias, inscritas ou não na dívida ativa da Fazenda Pública

1.1.5.11 IPTU-Incentivo Fiscal-Isenção-Servidor Municipal

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Página 15 de 137



Assinado por: SEBASTIAO FERREIRA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://jorj.pessoas150.com.br/verificacao/B025-C070-9342-08AE e informe o código: B025-C070-9342-08AE

Alvará de Licença Ambiental, se cabível

Declaração de que irá utilizar ou comprovante de utilização do imóvel objeto do pedido, exclusivamente, para o desenvolvimento dos objetivos institucionais da entidade (esta declaração

Outros Documentos

Contrato de locação do imóvel objeto do pedido (o prazo da locação deverá abranger, no mínimo, os 12 (doze) meses do exercício seguinte àquele em que foi protocolado o requerimento); e
Declaração do proprietário do imóvel, informando que está ciente e que concorda com a concessão

Observações

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o Por exigência fixada nos termos da legislação tributária, para pleitear, obter e permanecer no gozo de quaisquer incentivos ou benefícios fiscais o interessado deverá fazer prova de quitação de dívidas municipais tributárias e não-tributárias, inscritas ou não na dívida ativa da Fazenda Pública

1.1.5.13 IPTU-Incentivo Fiscal-Isenção-Utilidade Pública

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Imobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Documentos para Pessoa Jurídica - Incentivo Fiscal Imobiliário - Isenção ou Redução

Lei, estatuto ou contrato social da entidade

Alvará de Licença para Localização e Funcionamento

Alvará de Licença Sanitária, se cabível

Alvará de Licença Ambiental, se cabível

Declaração de que irá utilizar ou comprovante de utilização do imóvel objeto do pedido, exclusivamente, para o desenvolvimento dos objetivos institucionais da entidade (esta declaração

Outros Documentos

Lei, certidão ou documento equivalente que comprove o fato de a entidade ter sido reconhecida como de utilidade pública pela União, Estado da Paraíba ou Município de João Pessoa

Documentação que comprove o fato de a entidade estar desenvolvendo atividades desportivas, sociais, culturais ou recreativas há mais de 50 anos

Observações

Página 17 de 137



Assinado por: SEBASTIAO FERREIRA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://jorj.pessoas150.com.br/verificacao/B025-C070-9342-08AE e informe o código: B025-C070-9342-08AE

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Documentos para Pessoa Física - Incentivo Fiscal Imobiliário - Isenção ou Redução

Certidões (negativa/positiva) de ambos os Cartórios de Registro de Imóveis (Carlos Ulysses e Eunápio Torres), expedidas em até 90 (noventa) dias, comprovando que o requerente é proprietário. Se casado ou mantém união estável.

I) certidões idênticas às do item anterior em nome do cônjuge ou companheiro do requerente,
II) certidão de casamento ou declaração de união estável (em caso de cônjuge ou companheiro falecido, juntar certidão de óbito, no lugar da certidão ou declaração de casamento ou de união).
Comprovante de residência atualizado, relativo a período inferior a 90 (noventa) dias, tais como: água, energia, telefone fixo, tv a cabo, condomínio, cartão de crédito, etc.

Outros Documentos

Contracheque ou comprovante de pagamento (salário, rendimento ou remuneração), relativo ao mês de entrada do processo ou mês imediatamente anterior

Observações

Por exigência fixada nos termos da legislação tributária, para pleitear, obter e permanecer no gozo de quaisquer incentivos ou benefícios fiscais o interessado deverá fazer prova de quitação de dívidas municipais tributárias e não-tributárias, inscritas ou não na dívida ativa da Fazenda Pública

O servidor deverá ser ativo, ocupante de cargo efetivo do quadro permanente a pelo menos 2 (dois) anos de exercício ou aposentado como servidor público deste município

Caso o cônjuge ou companheiro do requerente também seja servidor municipal que preencha os requisitos legais, a isenção será concedida sobre a totalidade do imóvel, não se aplicando a

1.1.5.12 IPTU-Incentivo Fiscal-Isenção-Templo Locado

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Imobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Documentos para Pessoa Jurídica - Incentivo Fiscal Imobiliário - Isenção ou Redução

Lei, estatuto ou contrato social da entidade

Alvará de Licença para Localização e Funcionamento

Alvará de Licença Sanitária, se cabível

Página 16 de 137



Assinado por: SEBASTIAO FERREIRA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://jorj.pessoas150.com.br/verificacao/B025-C070-9342-08AE e informe o código: B025-C070-9342-08AE

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o Por exigência fixada nos termos da legislação tributária, para pleitear, obter e permanecer no gozo de quaisquer incentivos ou benefícios fiscais o interessado deverá fazer prova de quitação de dívidas municipais tributárias e não-tributárias, inscritas ou não na dívida ativa da Fazenda Pública

1.1.5.14 IPTU-Incentivo Fiscal-Isenção-Viúvo(a)

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Documentos para Pessoa Física - Incentivo Fiscal Imobiliário - Isenção ou Redução

Certidões (negativa/positiva) de ambos os Cartórios de Registro de Imóveis (Carlos Ulysses e Eunápio Torres), expedidas em até 90 (noventa) dias, comprovando que o requerente é proprietário

Certidões idênticas às do item anterior em nome do cônjuge falecido

Comprovante de residência atualizado, relativo a período inferior a 90 (noventa) dias, tais como: água, energia, telefone fixo, tv a cabo, condomínio, cartão de crédito, etc.

Outros Documentos

Certidão de casamento

Certidão de óbito do cônjuge

Para comprovação da renda bruta mensal:

I) contracheque ou comprovante de pagamento (salário, rendimento ou remuneração) em nome do requerente, relativo ao mês de entrada do processo ou mês imediatamente anterior; e
II) comprovante de pagamento da pensão, recebida pelo requerente em razão da viuvez, relativo ao mês de entrada do processo ou mês imediatamente anterior; ou

III) caso o requerente não possua renda, declaração do INSS, comprovando que o mesmo não é beneficiário de aposentadoria ou pensão

Observações

Por exigência fixada nos termos da legislação tributária, para pleitear, obter e permanecer no gozo de quaisquer incentivos ou benefícios fiscais o interessado deverá fazer prova de quitação de dívidas municipais tributárias e não-tributárias, inscritas ou não na dívida ativa da Fazenda Pública

A renda bruta mensal do requerente não poderá ser superior a 2 (dois) salários mínimos

Página 18 de 137



Assinado por: SEBASTIAO FERREIRA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://jorj.pessoas150.com.br/verificacao/B025-C070-9342-08AE e informe o código: B025-C070-9342-08AE

1.1.6 Incentivo Fiscal-Redução**1.1.6.1 IPTU-Incentivo Fiscal-Redução-Outras**
*Identificação Requerente Pessoa Física*RG ou equivalente
CPF*Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)*RG ou equivalente
CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

*Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)*RG ou equivalente
CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro

Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o

imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

1.1.7 Lançamento**1.1.7.1 IPTU-Lançamento-Outras**
*Identificação Requerente Pessoa Física*RG ou equivalente
CPF*Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)*RG ou equivalente
CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

Página 19 de 137

Assinado por 1 pessoa: SEBASTIÃO FETCOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joeapessoa.1doc.com.br/verificacao/B625-C370-93A2-GBAE

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

1.1.9 Reexame de Ofício**1.1.9.1 IPTU-Reexame de Ofício-Outras***Observações*

O presente processo é instaurado de ofício, por ato da autoridade julgadora de primeira instância, nos casos indicados na legislação tributária, de modo que não há exigências para a juntada de

1.1.10 Recurso Voluntário**1.1.10.1 IPTU-Recurso Voluntário-Outras***Outros Documentos*

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Não será necessário juntar os documentos relacionados à identificação do requerente, seu representante legal ou seu procurador; ou outros que já se encontram anexados à impugnação

1.1.11 Regime Especial de Tributação**1.1.11.1 IPTU-Regime Especial de Tributação-Outras**
*Identificação Requerente Pessoa Física*RG ou equivalente
CPF*Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)*RG ou equivalente
CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

*Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)*RG ou equivalente
CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro

Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o

imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

Página 21 de 137

Assinado por 1 pessoa: SEBASTIÃO FETCOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joeapessoa.1doc.com.br/verificacao/B625-C370-93A2-GBAERG ou equivalente
CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro

Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o

imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

1.1.8 Não-incidência**1.1.8.1 IPTU-Não-incidência-Outras**
*Identificação Requerente Pessoa Física*RG ou equivalente
CPF*Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)*RG ou equivalente
CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

*Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)*RG ou equivalente
CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro

Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o

imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Página 20 de 137

Assinado por 1 pessoa: SEBASTIÃO FETCOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joeapessoa.1doc.com.br/verificacao/B625-C370-93A2-GBAE

Por exigência fixada nos termos da legislação tributária, para pleitear, obter e permanecer no gozo de quaisquer incentivos ou benefícios fiscais o interessado deverá fazer prova de quitação de

dívidas municipais tributárias e não-tributárias, inscritas ou não na dívida ativa da Fazenda Pública

1.1.12 Restituição**1.1.12.1 IPTU-Restituição-Outras**
*Identificação Requerente Pessoa Física*RG ou equivalente
CPF*Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)*RG ou equivalente
CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

*Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)*RG ou equivalente
CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro

Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o

imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Outros Documentos

Cópia de cartão bancário ou outro documento que informe os dados da instituição financeira,

agência, operação (se houver) e conta corrente/poupança de propriedade do requerente, na qual o

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

1.1.13 Revisão de Dívida Inscrita**1.1.13.1 IPTU-Revisão de Dívida Inscrita-Compensação**
*Identificação Requerente Pessoa Física*RG ou equivalente
CPF*Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)*RG ou equivalente
CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Página 22 de 137

Assinado por 1 pessoa: SEBASTIÃO FETCOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joeapessoa.1doc.com.br/verificacao/B625-C370-93A2-GBAE

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado
Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade
Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade
Documentos do Imóvel
Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Mobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel
Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias
Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de
Outros Documentos
Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações
Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

1.1.13.2 IPTU-Revisão de Dívida Inscrita-Pagamento
Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF
Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)
RG ou equivalente

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado
Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade
Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade
Documentos do Imóvel
Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Mobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel
Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias
Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Página 23 de 137



Outros Documentos
Outros documentos que fundamentam o pedido
Observações
Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o
1.1.13.3 IPTU-Revisão de Dívida Inscrita-Parcelamento
Identificação Requerente Pessoa Física
RG ou equivalente
CPF
Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado
Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade
Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade
Documentos do Imóvel
Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Mobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel
Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias
Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de
Outros Documentos
Outros documentos que fundamentam o pedido
Observações
Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

1.1.13.4 IPTU-Revisão de Dívida Inscrita-Precedente Vinculante
Identificação Requerente Pessoa Física
RG ou equivalente
CPF
Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado
Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Página 24 de 137



Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade
Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade
Documentos do Imóvel
Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Mobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel
Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias
Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de
Outros Documentos
Documentos e arrazoados que ensejam a aplicação dos dispositivos legais ou precedentes aos débitos inscritos em dívida ativa, bem com o, quando for o caso, dos documentos que com prove a adequação do caso concreto aos tem as constantes nas hipóteses de dispensa
Observações
Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o
Esse pedido refere-se à alegação de afronta a precedente vinculante, formado antes ou após a inscrição em dívida ativa do Município e, em caso de precedentes não vinculantes de tribunais superiores, submetidos à sistemática dos recursos repetitivos ou da repercussão geral, apenas em

1.1.13.5 IPTU-Revisão de Dívida Inscrita-Precrição-Decadência
Identificação Requerente Pessoa Física
RG ou equivalente
CPF
Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado
Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade
Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade
Documentos do Imóvel
Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Mobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Página 25 de 137



Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias
Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de
Outros Documentos
Documentos que com prove a data da constituição definitiva dos créditos tributários e não tributários, acompanhados das razões pelas quais os débitos são considerados decaídos ou
Observações
Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o
1.1.13.6 IPTU-Revisão de Dívida Inscrita-Suspensão
Identificação Requerente Pessoa Física
RG ou equivalente
CPF
Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado
Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade
Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade
Documentos do Imóvel
Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Mobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel
Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias
Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de
Outros Documentos
Documentos que comprovem a alegação de suspensão por decisão judicial, incluindo a petição inicial e a decisão que suspendeu a exigibilidade, com indicação precisa dos débitos suspensos
Observações
Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o
1.1.13.7 IPTU-Revisão de Dívida Inscrita-Outras
Identificação Requerente Pessoa Física
RG ou equivalente
CPF
Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

Página 26 de 137



RG ou equivalente
CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

1.1.14 Diversos

1.1.14.1 IPTU-Diversos-Outras

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Página 27 de 137



Assinado por 1 pessoa: SEBASTIÃO FETICCA ALVES. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://jcaopessoa.1doc.com.br/verificacao/8625-C370-93A3-0BAE e informe o código 8625-C370-93A3-0BAE

1.2.2.1 ITBI-Consulta-Outras

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Guia de lançamento do ITBI, podendo ser substituída pela simples indicação do número da mesma

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

1.2.3 Impugnação

1.2.3.1 ITBI-Impugnação-Avaliação

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

Página 29 de 137



Assinado por 1 pessoa: SEBASTIÃO FETICCA ALVES. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://jcaopessoa.1doc.com.br/verificacao/8625-C370-93A3-0BAE e informe o código 8625-C370-93A3-0BAE

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

1.2 ITBI

1.2.1 Compensação

1.2.1.1 ITBI-Compensação-Outras

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Guia de lançamento do ITBI, podendo ser substituída pela simples indicação do número da mesma

Outros Documentos

Documentos que comprovem os créditos do requerente contra a Fazenda Pública Municipal,

I) direito à restituição de pagamento indevido, reconhecido por decisão definitiva, administrativa ou

II) direito a pagamento objeto de empenho já liquidado, ainda que decorra de precatório judicial

Observações

1.2.2 Consulta

Página 28 de 137



Assinado por 1 pessoa: SEBASTIÃO FETICCA ALVES. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://jcaopessoa.1doc.com.br/verificacao/8625-C370-93A3-0BAE e informe o código 8625-C370-93A3-0BAE

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Guia de lançamento do ITBI, podendo ser substituída pela simples indicação do número da mesma

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Caso os documentos indicados a seguir já constem no procedimento administrativo de lançamento do ITBI, não será necessário juntá-los no presente pedido: os relacionados à identificação do

requerente, seu representante legal ou seu procurador; a certidão de registro do imóvel; e o

O pedido apenas deve ser classificado neste item, se o único fundamento da impugnação referir-se

à discordância do requerente em relação ao valor da avaliação realizada

1.2.3.2 ITBI-Impugnação-Desistência

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Guia de lançamento do ITBI, podendo ser substituída pela simples indicação do número da mesma

Outros Documentos

Página 30 de 137



Assinado por 1 pessoa: SEBASTIÃO FETICCA ALVES. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://jcaopessoa.1doc.com.br/verificacao/8625-C370-93A3-0BAE e informe o código 8625-C370-93A3-0BAE

Instrumento do distrato, com os seguintes requisitos:

I) deverá ser assinado pessoalmente pelo transmitente/cedente e pelo adquirente/cessionário, sendo ambos com firma reconhecida (não será aceito o distrato assinado por procuração)
II) comprovante da devolução dos valores relativos à transação imobiliária ao

Observações

Caso os documentos indicados a seguir já constem no procedimento administrativo de lançamento do ITBI, não será necessário juntá-los no presente pedido: os relacionados à identificação do requerente, seu representante legal ou seu procurador; a certidão de registro do imóvel; e o Conforme a legislação tributária municipal, nas transações imobiliárias em que o transmitente/cedente seja proprietário do imóvel, o fato gerador do ITBI ocorre no instante em que, cumulativamente, tenha se dado a quitação e a entrega da posse do imóvel. Apenas será viável a alegação pelo fundamento na desistência em concluir a transação imobiliária, quando o interessado Essa opção apenas deve ser utilizada, se o ITBI já tenha sido lançado. Caso o referido imposto não tenha sido lançado, deve-se utilizar a opção de não-incidência de ITBI pelo fundamento de

1.2.3.3 ITBI-Impugnação-Devolução
Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel
Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de Guia de lançamento do ITBI, podendo ser substituída pela simples indicação do número da mesma

Outros Documentos

Instrumento do distrato, com os seguintes requisitos:

I) deverá ser assinado pessoalmente pelo transmitente/cedente e pelo adquirente/cessionário, sendo ambos com firma reconhecida (não será aceito o distrato assinado por procuração)
II) comprovante da devolução dos valores relativos à transação imobiliária ao

Página 31 de 137



Assinado por: SEBASTIÃO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://joaopessoa.156c.com.br/verificacao/8625-CF70-93A2-9BAE e informe o código: 8625-CF70-93A2-9BAE

1.2.3.5 ITBI-Impugnação-Erro-Inscrição Imobiliária
Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel
Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de Guia de lançamento do ITBI, podendo ser substituída pela simples indicação do número da mesma

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Caso os documentos indicados a seguir já constem no procedimento administrativo de lançamento do ITBI, não será necessário juntá-los no presente pedido: os relacionados à identificação do requerente, seu representante legal ou seu procurador; a certidão de registro do imóvel; e o Essa opção deve ser utilizada quando a intenção do requerente seja a anulação do lançamento realizado numa inscrição imobiliária incorreta e, na sequência, a realização de novo lançamento de Caso o requerimento de seja protocolado após o recolhimento do ITBI, o mesmo será recebido e processado como pedido de impugnação do lançamento original cumulado com pedido de compensação para utilização do respectivo crédito na quitação, total ou parcial, do novo O novo lançamento de ITBI será realizado com o valor atualizado da avaliação do imóvel

1.2.3.6 ITBI-Impugnação-Repasse
Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Página 33 de 137



Assinado por: SEBASTIÃO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://joaopessoa.156c.com.br/verificacao/8625-CF70-93A2-9BAE e informe o código: 8625-CF70-93A2-9BAE

III) deverá indicar o vício que motivou a devolução do imóvel após a conclusão da transação

Observações

Caso os documentos indicados a seguir já constem no procedimento administrativo de lançamento do ITBI, não será necessário juntá-los no presente pedido: os relacionados à identificação do requerente, seu representante legal ou seu procurador; a certidão de registro do imóvel; e o Essa opção deve ser utilizada em caso de devolução do imóvel, após a conclusão da transação imobiliária, desde que dentro do prazo decadencial de redibição, conforme definido pela lei civil Nos termos do artigo 445 do Código Civil, o adquirente/cessionário decai do direito de obter a redibição do imóvel no prazo de um ano, contado do registro da escritura pública. Se o adquirente/cessionário já estava na posse do imóvel, o prazo conta-se da mesma data (registro da

1.2.3.4 ITBI-Impugnação-Erro Simples
Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel
Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de Guia de lançamento do ITBI, podendo ser substituída pela simples indicação do número da mesma

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Caso os documentos indicados a seguir já constem no procedimento administrativo de lançamento do ITBI, não será necessário juntá-los no presente pedido: os relacionados à identificação do requerente, seu representante legal ou seu procurador; a certidão de registro do imóvel; e o Essa opção deve ser utilizada quando a intenção do requerente seja a simples retificação de dados pontuais no lançamento realizado, desde que não se trate de erro na escolha inscrição imobiliária correta e nem implique em alteração no valor do ITBI calculado

Página 32 de 137



Assinado por: SEBASTIÃO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://joaopessoa.156c.com.br/verificacao/8625-CF70-93A2-9BAE e informe o código: 8625-CF70-93A2-9BAE

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel
Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de Guia de lançamento do ITBI, podendo ser substituída pela simples indicação do número da mesma

Outros Documentos

Instrumento da cessão relativa ao repasse do imóvel. Trata-se do contrato entre o cedente (primeiro contratante) e o cessionário ao qual foram repassados os direitos sobre o imóvel

Observações

Caso os documentos indicados a seguir já constem no procedimento administrativo de lançamento do ITBI, não será necessário juntá-los no presente pedido: os relacionados à identificação do requerente, seu representante legal ou seu procurador; a certidão de registro do imóvel; e o Conforme a legislação tributária municipal, nas transações imobiliárias em que o transmitente/cedente seja proprietário do imóvel, o fato gerador do ITBI ocorre no instante em que, cumulativamente, tenha se dado a quitação e a entrega da posse do imóvel. Apenas será viável a impugnação/não-incidência do ITBI pelo fundamento no repasse antes da conclusão da transação Caso o requerimento de seja protocolado após o recolhimento do ITBI, o mesmo será recebido e processado como pedido de impugnação do lançamento original cumulado com pedido de compensação para utilização do respectivo crédito na quitação, total ou parcial, do novo

1.2.3.7 ITBI-Impugnação-Outras
Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Página 34 de 137



Assinado por: SEBASTIÃO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://joaopessoa.156c.com.br/verificacao/8625-CF70-93A2-9BAE e informe o código: 8625-CF70-93A2-9BAE

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Caso os documentos indicados a seguir já constem no procedimento administrativo de lançamento do ITBI, não será necessário juntá-los no presente pedido: os relacionados à identificação do requerente, seu representante legal ou seu procurador; a certidão de registro do imóvel; e o

1.2.4 Imunidade**1.2.4.1 ITBI-Imunidade-Assistência Social***Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado*

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Documentos para Pessoa Jurídica - Imunidade

Lei, estatuto ou contrato social da entidade

Alvará de Licença para Localização e Funcionamento

Alvará de Licença Sanitária, se cabível

Alvará de Licença Ambiental, se cabível

Balanco Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício, relativo aos cinco últimos anos

Folha mensal de pagamento de pessoal, relativo aos cinco últimos anos ou desde o início das

Página 35 de 137



Assinado por 1 pessoa: SEBASTIÃO FETTESCH ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/B625-C370-9342-GBAE> e informe o código B625-C370-9342-GBAE

A instrução do procedimento demandará auditoria fiscal especialmente designada para análise da

1.2.4.3 ITBI-Imunidade-Partidos Políticos*Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado*

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Documentos para Pessoa Jurídica - Imunidade

Lei, estatuto ou contrato social da entidade

Alvará de Licença para Localização e Funcionamento

Alvará de Licença Sanitária, se cabível

Alvará de Licença Ambiental, se cabível

Balanco Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício, relativo aos cinco últimos anos

desde o início das atividades, se inferior a cinco anos

Folha mensal de pagamento de pessoal, relativo aos cinco últimos anos ou desde o início das

Declaração de que irá utilizar ou comprovante de utilização do imóvel objeto do pedido,

exclusivamente, para o desenvolvimento dos objetivos institucionais da entidade (esta declaração

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Nos termos do artigo 1º, inciso II, alínea "a", do Decreto Federal n. 93.240, de 9 de setembro de 1986, que regulamentou a Lei Ordinária Federal n. 7.433, de 18 de dezembro de 1985,

obrigatória a quitação dos débitos incidentes sobre o imóvel antes da lavratura de escritura pública

A instrução do procedimento demandará análise do cumprimento das obrigações acessórias

pertinentes aos sistemas informatizados da Declaração de Serviços Prestados, Declaração de

1.2.4.4 ITBI-Imunidade-Recíproca*Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado*

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Página 37 de 137



Assinado por 1 pessoa: SEBASTIÃO FETTESCH ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/B625-C370-9342-GBAE> e informe o código B625-C370-9342-GBAE

Declaração de que irá utilizar ou comprovante de utilização do imóvel objeto do pedido, exclusivamente, para o desenvolvimento dos objetivos institucionais da entidade (esta declaração

Outros Documentos

Declaração própria contendo a política de atendimento da entidade de assistência social, conforme exigência da legislação tributária

Observações

Nos termos do artigo 1º, inciso II, alínea "a", do Decreto Federal n. 93.240, de 9 de setembro de 1986, que regulamentou a Lei Ordinária Federal n. 7.433, de 18 de dezembro de 1985, é obrigatória a quitação dos débitos incidentes sobre o imóvel antes da lavratura de escritura pública

A instrução do procedimento demandará análise do cumprimento das obrigações acessórias

pertinentes aos sistemas informatizados da Declaração de Serviços Prestados, Declaração de

1.2.4.2 ITBI-Imunidade-Educação*Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado*

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Documentos para Pessoa Jurídica - Imunidade

Lei, estatuto ou contrato social da entidade

Alvará de Licença para Localização e Funcionamento

Alvará de Licença Sanitária, se cabível

Alvará de Licença Ambiental, se cabível

Balanco Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício, relativo aos cinco últimos anos

desde o início das atividades, se inferior a cinco anos

Folha mensal de pagamento de pessoal, relativo aos cinco últimos anos ou desde o início das

Declaração de que irá utilizar ou comprovante de utilização do imóvel objeto do pedido,

exclusivamente, para o desenvolvimento dos objetivos institucionais da entidade (esta declaração

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Nos termos do artigo 1º, inciso II, alínea "a", do Decreto Federal n. 93.240, de 9 de setembro de 1986, que regulamentou a Lei Ordinária Federal n. 7.433, de 18 de dezembro de 1985,

obrigatória a quitação dos débitos incidentes sobre o imóvel antes da lavratura de escritura pública

Página 36 de 137



Assinado por 1 pessoa: SEBASTIÃO FETTESCH ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/B625-C370-9342-GBAE> e informe o código B625-C370-9342-GBAE

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Documentos para Pessoa Jurídica - Imunidade

Lei, estatuto ou contrato social da entidade

Declaração de que irá utilizar ou comprovante de utilização do imóvel objeto do pedido,

exclusivamente, para o desenvolvimento dos objetivos institucionais da entidade (esta declaração

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Nos termos do artigo 1º, inciso II, alínea "a", do Decreto Federal n. 93.240, de 9 de setembro de 1986, que regulamentou a Lei Ordinária Federal n. 7.433, de 18 de dezembro de 1985, é obrigatória a quitação dos débitos incidentes sobre o imóvel antes da lavratura de escritura pública

A imunidade da autarquia ou fundação pública aplica-se ao patrimônio vinculado à sua finalidade

essencial ou dela decorrente, não se estendendo ao patrimônio, à renda e aos serviços

relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a

1.2.4.5 ITBI-Imunidade-Religiosa*Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado*

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Documentos para Pessoa Jurídica - Imunidade

Lei, estatuto ou contrato social da entidade

Alvará de Licença para Localização e Funcionamento

Alvará de Licença Sanitária, se cabível

Alvará de Licença Ambiental, se cabível

Página 38 de 137



Assinado por 1 pessoa: SEBASTIÃO FETTESCH ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/B625-C370-9342-GBAE> e informe o código B625-C370-9342-GBAE

Declaração de que irá utilizar ou comprovante de utilização do imóvel objeto do pedido, exclusivamente, para o desenvolvimento dos objetivos institucionais da entidade (esta declaração

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Nos termos do artigo 1º, inciso II, alínea "a", do Decreto Federal n. 93.240, de 9 de setembro de 1986, que regulamentou a Lei Ordinária Federal n. 7.433, de 18 de dezembro de 1985, é obrigatória a quitação dos débitos incidentes sobre o imóvel antes da lavratura de escritura pública. A instrução do procedimento demandará análise do cumprimento das obrigações acessórias pertinentes aos sistemas informatizados da Declaração de Serviços Prestados, Declaração de

1.2.4.6 ITBI-Imunidade-Sindicato

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel. Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Documentos para Pessoa Jurídica - Imunidade

Lei, estatuto ou contrato social da entidade

Alvará de Licença para Localização e Funcionamento

Alvará de Licença Sanitária, se cabível

Alvará de Licença Ambiental, se cabível

Balanco Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício, relativo aos cinco últimos anos ou desde o início das atividades, se inferior a cinco anos

Folha mensal de pagamento de pessoal, relativo aos cinco últimos anos ou desde o início das atividades, se inferior a cinco anos

Declaração de que irá utilizar ou comprovante de utilização do imóvel objeto do pedido, exclusivamente, para o desenvolvimento dos objetivos institucionais da entidade (esta declaração

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Nos termos do artigo 1º, inciso II, alínea "a", do Decreto Federal n. 93.240, de 9 de setembro de 1986, que regulamentou a Lei Ordinária Federal n. 7.433, de 18 de dezembro de 1985, é obrigatória a quitação dos débitos incidentes sobre o imóvel antes da lavratura de escritura pública. A instrução do procedimento demandará análise do cumprimento das obrigações acessórias pertinentes aos sistemas informatizados da Declaração de Serviços Prestados, Declaração de

Página 39 de 137



Assinado por 1: SEBASTIÃO PETIOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://assinaturas.1doc.com.br/verificacao/B825-C370-93A2-GBAE> e informe o código: B825-C370-93A2-GBAE

Esta opção deve ser utilizada para os casos de bens ou direitos sobre imóveis que sejam decorrentes de incorporação, fusão, cisão ou extinção de pessoa jurídica

1.2.4.8 ITBI-Imunidade-Desincorporação

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel. Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Documentos para Pessoa Jurídica - Imunidade

Lei, estatuto ou contrato social da entidade

Alvará de Licença para Localização e Funcionamento

Alvará de Licença Sanitária, se cabível

Alvará de Licença Ambiental, se cabível

Balanco Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício, relativo aos cinco últimos anos ou desde o início das atividades, se inferior a cinco anos

Folha mensal de pagamento de pessoal, relativo aos cinco últimos anos ou desde o início das atividades, se inferior a cinco anos

Declaração de que irá utilizar ou comprovante de utilização do imóvel objeto do pedido, exclusivamente, para o desenvolvimento dos objetivos institucionais da entidade (esta declaração

Outros Documentos

Alteração no contrato social ou estatuto da entidade requerente, registrado na Junta Comercial. Registro Público de Pessoas Jurídicas ou outro órgão competente, que comprove a

Planilha dos imóveis envolvidos no pedido, contendo:

I) inscrição imobiliária

II) nome do(s) proprietário(s) do imóvel (se for marido e esposa, colocar o nome dos dois)

III) valor atribuído a cada imóvel

Se for apenas um imóvel, inserir as informações citadas acima no requerimento

Observações

Nos termos do artigo 1º, inciso II, alínea "a", do Decreto Federal n. 93.240, de 9 de setembro de 1986, que regulamentou a Lei Ordinária Federal n. 7.433, de 18 de dezembro de 1985, é obrigatória a quitação dos débitos incidentes sobre o imóvel antes da lavratura de escritura pública. A instrução do procedimento demandará análise do cumprimento das obrigações acessórias pertinentes aos sistemas informatizados da Declaração de Serviços Prestados, Declaração de

Página 41 de 137



Assinado por 1: SEBASTIÃO PETIOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://assinaturas.1doc.com.br/verificacao/B825-C370-93A2-GBAE> e informe o código: B825-C370-93A2-GBAE

A instrução do procedimento demandará análise do cumprimento das obrigações acessórias pertinentes aos sistemas informatizados da Declaração de Serviços Prestados, Declaração de

1.2.4.7 ITBI-Imunidade-Alteração-PJ

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel. Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Documentos para Pessoa Jurídica - Imunidade

Lei, estatuto ou contrato social da entidade

Alvará de Licença para Localização e Funcionamento

Alvará de Licença Sanitária, se cabível

Alvará de Licença Ambiental, se cabível

Balanco Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício, relativo aos cinco últimos anos ou desde o início das atividades, se inferior a cinco anos

Folha mensal de pagamento de pessoal, relativo aos cinco últimos anos ou desde o início das atividades, se inferior a cinco anos

Declaração de que irá utilizar ou comprovante de utilização do imóvel objeto do pedido, exclusivamente, para o desenvolvimento dos objetivos institucionais da entidade (esta declaração

Outros Documentos

Alteração no contrato social ou estatuto da entidade requerente, registrado na Junta Comercial. Registro Público de Pessoas Jurídicas ou outro órgão competente, que comprove a fusão, cisão ou

Planilha dos imóveis envolvidos no pedido, contendo:

I) inscrição imobiliária

II) nome do(s) proprietário(s) do imóvel (se for marido e esposa, colocar o nome dos dois)

III) valor atribuído a cada imóvel

Se for apenas um imóvel, inserir as informações citadas acima no requerimento

Observações

Nos termos do artigo 1º, inciso II, alínea "a", do Decreto Federal n. 93.240, de 9 de setembro de 1986, que regulamentou a Lei Ordinária Federal n. 7.433, de 18 de dezembro de 1985, é obrigatória a quitação dos débitos incidentes sobre o imóvel antes da lavratura de escritura pública. A instrução do procedimento demandará análise do cumprimento das obrigações acessórias pertinentes aos sistemas informatizados da Declaração de Serviços Prestados, Declaração de

Página 40 de 137



Assinado por 1: SEBASTIÃO PETIOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://assinaturas.1doc.com.br/verificacao/B825-C370-93A2-GBAE> e informe o código: B825-C370-93A2-GBAE

Esta opção deve ser utilizada para os casos de bens ou direitos sobre imóveis desincorporados de pessoa jurídica, desde que a transmissão ou cessão seja em benefício dos mesmos alienantes ou

1.2.4.9 ITBI-Imunidade-Incorporação

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel. Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Documentos para Pessoa Jurídica - Imunidade

Lei, estatuto ou contrato social da entidade

Alvará de Licença para Localização e Funcionamento

Alvará de Licença Sanitária, se cabível

Alvará de Licença Ambiental, se cabível

Balanco Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício, relativo aos cinco últimos anos ou desde o início das atividades, se inferior a cinco anos

Folha mensal de pagamento de pessoal, relativo aos cinco últimos anos ou desde o início das atividades, se inferior a cinco anos

Declaração de que irá utilizar ou comprovante de utilização do imóvel objeto do pedido, exclusivamente, para o desenvolvimento dos objetivos institucionais da entidade (esta declaração

Outros Documentos

Alteração no contrato social ou estatuto da entidade requerente, registrado na Junta Comercial. Registro Público de Pessoas Jurídicas ou outro órgão competente, que comprove a incorporação

Planilha dos imóveis envolvidos no pedido, contendo:

I) inscrição imobiliária

II) nome do(s) proprietário(s) do imóvel (se for marido e esposa, colocar o nome dos dois)

III) valor atribuído a cada imóvel

Se for apenas um imóvel, inserir as informações citadas acima no requerimento

Observações

Nos termos do artigo 1º, inciso II, alínea "a", do Decreto Federal n. 93.240, de 9 de setembro de 1986, que regulamentou a Lei Ordinária Federal n. 7.433, de 18 de dezembro de 1985, é obrigatória a quitação dos débitos incidentes sobre o imóvel antes da lavratura de escritura pública. A instrução do procedimento demandará análise do cumprimento das obrigações acessórias pertinentes aos sistemas informatizados da Declaração de Serviços Prestados, Declaração de

Página 42 de 137



Assinado por 1: SEBASTIÃO PETIOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://assinaturas.1doc.com.br/verificacao/B825-C370-93A2-GBAE> e informe o código: B825-C370-93A2-GBAE

Esta opção deve ser utilizada para os casos de bens ou direitos sobre imóveis utilizados para incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em pagamento de capital nela subscrito

1.2.5 Incentivo Fiscal-Isenção

1.2.5.1 ITBI-Incentivo Fiscal-Isenção-Baixa Renda Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel. Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias. Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Documentos para Pessoa Física - Incentivo Fiscal Imobiliário - Isenção ou Redução

Certidões (negativa/positiva) de ambos os Cartórios de Registro de Imóveis (Carlos Ulysses e Eunápio Torres), expedidas em até 90 (noventa) dias, comprovando que o requerente não é Se casado ou mantém união estável:

- certidões idênticas às do item anterior em nome do cônjuge ou companheiro do requerente,
- certidão de casamento ou declaração de união estável (em caso de cônjuge ou companheiro falecido, juntar certidão de óbito, no lugar da certidão ou declaração de casamento ou de união

Comprovante de residência atualizado, relativo a período inferior a 90 (noventa) dias, tais como: água, energia, telefone fixo, tv a cabo, condomínio, cartão de crédito, etc.

Caso o requerente ainda não resida no imóvel objeto do pedido de isenção, juntar declaração de que irá residir no mesmo e de que irá utilizá-lo apenas para fins residenciais

Outros Documentos

Para comprovação da renda bruta mensal familiar:
I) contracheque ou comprovante de pagamento (salário, rendimento ou remuneração) em nome requerente e demais componentes do grupo familiar, relativo ao mês de entrada do processo ou
II) comprovante de pagamento da pensão, recebida pelo requerente e demais componentes do grupo familiar, relativo ao mês de entrada do processo ou mês imediatamente anterior; ou
III) caso o requerente ou algum membro do grupo familiar não possua renda, declaração do INSS

Observações

Página 43 de 137



SEBASTIÃO FEITOSA ALVES

Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://joapessoa.tfd.com.br/verificacao/B025-C070-0342-GBAE>

Por exigência fixada nos termos da legislação tributária, para pleitear, obter e permanecer no gozo de quaisquer incentivos ou benefícios fiscais o interessado deverá fazer prova de quitação de dívidas municipais tributárias e não-tributárias, inscritas ou não na dívida ativa da Fazenda Pública. Nos termos do artigo 1º, inciso II, alínea "a", do Decreto Federal n. 93.240, de 9 de setembro de 1986, que regulamentou a Lei Ordinária Federal n. 7.433, de 18 de dezembro de 1985, é obrigatória a quitação dos débitos incidentes sobre o imóvel antes da lavratura de escritura pública. Como condição para deferimento do pedido, o imóvel deverá, obrigatoriamente, ter área construída privativa de até 60 m² e padrão construtivo subnormal, baixo ou normal. A renda bruta mensal familiar não poderá ser superior a 2 (dois) salários mínimos. No título aquisitivo deve constar a informação de que o imóvel foi construído pelo Programa Casa Verde e Amarela ou pelo do Programa Minha Casa Minha Vida, ambos do Governo Federal.

1.2.5.2 ITBI-Incentivo Fiscal-Isenção-Servidor Municipal Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel. Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias. Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Documentos para Pessoa Física - Incentivo Fiscal Imobiliário - Isenção ou Redução

Certidões (negativa/positiva) de ambos os Cartórios de Registro de Imóveis (Carlos Ulysses e Eunápio Torres), expedidas em até 90 (noventa) dias, comprovando que o requerente não é Se casado ou mantém união estável:

- certidões idênticas às do item anterior em nome do cônjuge ou companheiro do requerente,
- certidão de casamento ou declaração de união estável (em caso de cônjuge ou companheiro falecido, juntar certidão de óbito, no lugar da certidão ou declaração de casamento ou de união

Comprovante de residência atualizado, relativo a período inferior a 90 (noventa) dias, tais como: água, energia, telefone fixo, tv a cabo, condomínio, cartão de crédito, etc.

Caso o requerente ainda não resida no imóvel objeto do pedido de isenção, juntar declaração de que irá residir no mesmo e de que irá utilizá-lo apenas para fins residenciais

Outros Documentos

Página 44 de 137



SEBASTIÃO FEITOSA ALVES

Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://joapessoa.tfd.com.br/verificacao/B025-C070-0342-GBAE>

Contracheque ou comprovante de pagamento (salário, rendimento ou remuneração), relativo ao mês de entrada do processo ou mês imediatamente anterior

Observações

Por exigência fixada nos termos da legislação tributária, para pleitear, obter e permanecer no gozo de quaisquer incentivos ou benefícios fiscais o interessado deverá fazer prova de quitação de dívidas municipais tributárias e não-tributárias, inscritas ou não na dívida ativa da Fazenda Pública. Nos termos do artigo 1º, inciso II, alínea "a", do Decreto Federal n. 93.240, de 9 de setembro de 1986, que regulamentou a Lei Ordinária Federal n. 7.433, de 18 de dezembro de 1985, é obrigatória a quitação dos débitos incidentes sobre o imóvel antes da lavratura de escritura pública. O servidor deverá ser ativo, ocupante de cargo efetivo do quadro permanente a pelo menos 2 (dois) anos de exercício ou aposentado como servidor público deste município. Caso o cônjuge ou companheiro do requerente também seja servidor municipal que preencha os requisitos legais, a isenção será concedida sobre a totalidade do imóvel, não se aplicando a

1.2.6 Incentivo Fiscal-Redução

1.2.6.1 ITBI-Incentivo Fiscal-Redução-Outras Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel. Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias. Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Por exigência fixada nos termos da legislação tributária, para pleitear, obter e permanecer no gozo de quaisquer incentivos ou benefícios fiscais o interessado deverá fazer prova de quitação de dívidas municipais tributárias e não-tributárias, inscritas ou não na dívida ativa da Fazenda Pública.

Página 45 de 137



SEBASTIÃO FEITOSA ALVES

Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://joapessoa.tfd.com.br/verificacao/B025-C070-0342-GBAE>

Nos termos do artigo 1º, inciso II, alínea "a", do Decreto Federal n. 93.240, de 9 de setembro de 1986, que regulamentou a Lei Ordinária Federal n. 7.433, de 18 de dezembro de 1985, é obrigatória a quitação dos débitos incidentes sobre o imóvel antes da lavratura de escritura pública

1.2.7 Lançamento 1.2.7.1 ITBI-Lançamento-Alienação Fiduciária Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel. Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias. Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Outros Documentos

Certidão de intimação ou documento expedido pelo Cartório de Registro de Imóveis que comprove que o devedor foi citado e não compareceu para o pagamento das prestações ou que as

Observações

Nos termos do artigo 1º, inciso II, alínea "a", do Decreto Federal n. 93.240, de 9 de setembro de 1986, que regulamentou a Lei Ordinária Federal n. 7.433, de 18 de dezembro de 1985, é obrigatória a quitação dos débitos incidentes sobre o imóvel antes da lavratura de escritura pública. Esta opção deverá ser utilizada para consolidação da propriedade do credor fiduciário, por inadimplência contratual do devedor fiduciante.

1.2.7.2 ITBI-Lançamento-Arrematação Judicial Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

Página 46 de 137



SEBASTIÃO FEITOSA ALVES

Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://joapessoa.tfd.com.br/verificacao/B025-C070-0342-GBAE>

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel. Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Outros Documentos

Carta de arrematação

Termo de avaliação judicial ou extrajudicial

Observações

Nos termos do artigo 1º, inciso II, alínea "a", do Decreto Federal n. 93.240, de 9 de setembro de 1986, que regulamentou a Lei Ordinária Federal n. 7.433, de 18 de dezembro de 1985, é obrigatória a quitação dos débitos incidentes sobre o imóvel antes da lavratura de escritura pública relativa aos atos sobre os quais incidam o ITBI. Contudo, em virtude do parágrafo único do artigo 130 da Lei Ordinária Federal n. 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), os créditos tributários lançados sobre o imóvel não se sub-rogam na pessoa do adquirente nos casos de arrematação em hasta pública, dessa forma, este processo apenas será necessário quando existam créditos lançados sobre a inscrição imobiliária antes da arrematação, motivo pelo qual se

1.2.7.3 ITBI-Lançamento-Imóvel Planta*Identificação Requerente Pessoa Física*

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel. Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Outros Documentos

Página 47 de 137

Assinado por 1 pessoa: SEBASTIAO FETIOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/8625-C370-93A2-GBAE e informe o código 8625-C370-93A2-GBAE



Certidão de registro da incorporação

Observações

Nos termos do artigo 1º, inciso II, alínea "a", do Decreto Federal n. 93.240, de 9 de setembro de 1986, que regulamentou a Lei Ordinária Federal n. 7.433, de 18 de dezembro de 1985, é obrigatória a quitação dos débitos incidentes sobre o imóvel antes da lavratura de escritura pública

1.2.7.4 ITBI-Lançamento-Imóvel Rural*Identificação Requerente Pessoa Física*

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel. Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Outros Documentos

Levantamento topográfico da área

Último comprovante de recolhimento do Imposto Territorial Rural – ITR

Observações

Nos termos do artigo 1º, inciso II, alínea "a", do Decreto Federal n. 93.240, de 9 de setembro de 1986, que regulamentou a Lei Ordinária Federal n. 7.433, de 18 de dezembro de 1985, é obrigatória a quitação dos débitos incidentes sobre o imóvel antes da lavratura de escritura pública

1.2.7.5 ITBI-Lançamento-Imóvel Urbano*Identificação Requerente Pessoa Física*

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Página 48 de 137

Assinado por 1 pessoa: SEBASTIAO FETIOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/8625-C370-93A2-GBAE e informe o código 8625-C370-93A2-GBAE

*Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado*

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel. Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

*Outros Documentos**Observações*

Nos termos do artigo 1º, inciso II, alínea "a", do Decreto Federal n. 93.240, de 9 de setembro de 1986, que regulamentou a Lei Ordinária Federal n. 7.433, de 18 de dezembro de 1985, é obrigatória a quitação dos débitos incidentes sobre o imóvel antes da lavratura de escritura pública

1.2.8 Não-incidência**1.2.8.1 ITBI-Não-incidência-Desistência***Identificação Requerente Pessoa Física*

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel. Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Página 49 de 137

Assinado por 1 pessoa: SEBASTIAO FETIOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/8625-C370-93A2-GBAE e informe o código 8625-C370-93A2-GBAE



Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Outros Documentos

Instrumento do distrato, com os seguintes requisitos:

- I) deverá ser assinado pessoalmente pelo transmitente/cedente e pelo adquirente/cessionário, sendo ambos com firma reconhecida (não será aceito o distrato assinado por procuração)
- II) comprovante da devolução dos valores relativos à transação imobiliária ao

Observações

Conforme a legislação tributária municipal, nas transações imobiliárias em que o transmitente/cedente seja proprietário do imóvel, o fato gerador do ITBI ocorre no instante em que, cumulativamente, tenha se dado a quitação e a entrega da posse do imóvel. Apenas será viável a alegação pelo fundamento na desistência em concluir a transação imobiliária, quando o interessado Essa opção apenas deve ser utilizada, se o ITBI não tenha sido lançado. Caso o referido imposto tenha sido lançado, deve-se utilizar a opção de impugnação de ITBI pelo fundamento de

1.2.8.2 ITBI-Não-incidência-Divisão Patrimonial*Identificação Requerente Pessoa Física*

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel. Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Página 50 de 137

Assinado por 1 pessoa: SEBASTIAO FETIOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/8625-C370-93A2-GBAE e informe o código 8625-C370-93A2-GBAE



Nos termos da legislação tributária, o pedido será indeferido e o ITBI será lançado, se ocorrer uma das seguintes situações: I - o valor dos imóveis que, na divisão de patrimônio comum ou na partilha, forem atribuídos a um dos cônjuges separados ou divorciados, ao cônjuge supérstite ou a qualquer herdeiro, acima da respectiva meação ou quinhão, considerando, individualmente, cada bem imóvel constante do patrimônio comum ou monte-mor; ou II - o valor dos imóveis que, na divisão de patrimônio comum ou na partilha, forem atribuídos a um dos condôminos, acima da

1.2.8.3 ITBI-Não-incidência-Repasse Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade
Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Guia de lançamento do ITBI, podendo ser substituída pela simples indicação do número da mesma
Outros Documentos

Instrumento da cessão relativa ao repasse do imóvel. Trata-se do contrato entre o cedente (primeiro contratante) e o cessionário ao qual foram repassados os direitos sobre o imóvel

Observações

Conforme a legislação tributária municipal, nas transações imobiliárias em que transmissor/cedente seja proprietário do imóvel, o fato gerador do ITBI ocorre no instante em que cumulativamente, tenha se dado a quitação e a entrega da posse do imóvel. Apenas será viável a impugnação/não-incidência do ITBI pelo fundamento no repasse antes da conclusão da transação. Essa opção apenas deve ser utilizada, se o ITBI não tenha sido lançado. Caso o referido imposto tenha sido lançado, deve-se utilizar a opção de impugnação de ITBI pelo fundamento de repasse

1.2.9 Reexame de Ofício

1.2.9.1 ITBI-Reexame de Ofício-Outras Observações

Página 51 de 137



O presente processo é instaurado de ofício, por ato da autoridade julgadora de primeira instância, nos casos indicados na legislação tributária, de modo que não há exigências para a juntada de

1.2.10 Recurso Voluntário

1.2.10.1 ITBI-Recurso Voluntário-Outras Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Não será necessário juntar os documentos relacionados à identificação do requerente, seu representante legal ou seu procurador, ou outros que já se encontram anexados à impugnação

1.2.11 Regime Especial de Tributação

1.2.11.1 ITBI-Regime Especial de Tributação-Outras

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade
Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Guia de lançamento do ITBI, podendo ser substituída pela simples indicação do número da mesma
Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Por exigência fixada nos termos da legislação tributária, para pleitear, obter e permanecer no gozo de quaisquer incentivos ou benefícios fiscais o interessado deverá fazer prova de quitação de dívidas municipais tributárias e não-tributárias, inscritas ou não na dívida ativa da Fazenda Pública

1.2.12 Restituição

1.2.12.1 ITBI-Restituição-Desistência Identificação Requerente Pessoa Física

Página 52 de 137



RG ou equivalente
CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade
Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Guia de lançamento do ITBI, podendo ser substituída pela simples indicação do número da mesma
Outros Documentos

Instrumento do distrato, com os seguintes requisitos:

I) deverá ser assinado pessoalmente pelo transmissor/cedente e pelo adquirente/cessionário, sendo ambos com firma reconhecida (não será aceito o distrato assinado por procuração)

II) comprovante da devolução dos valores relativos à transação imobiliária ao

Certidão do Cartório de Registro de Imóveis respectivo, expedida em até 30 (trinta) dias, comprovando que a transmissão não foi registrada ou que, apesar de ter sido registrada, foi

Cópia de cartão bancário ou outro documento que informe os dados da instituição financeira, agência, operação (se houver) e conta corrente/poupança de propriedade do requerente, na qual o

Observações

Conforme a legislação tributária municipal, nas transações imobiliárias em que transmissor/cedente seja proprietário do imóvel, o fato gerador do ITBI ocorre no instante em que cumulativamente, tenha se dado a quitação e a entrega da posse do imóvel. Apenas será viável a alegação pelo fundamento na desistência em concluir a transação imobiliária, quando o interessado

1.2.12.2 ITBI-Restituição-Devolução

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Página 53 de 137



Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade
Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Guia de lançamento do ITBI, podendo ser substituída pela simples indicação do número da mesma
Outros Documentos

Instrumento do distrato, com os seguintes requisitos:

I) deverá ser assinado pessoalmente pelo transmissor/cedente e pelo adquirente/cessionário, sendo ambos com firma reconhecida (não será aceito o distrato assinado por procuração)

II) comprovante da devolução dos valores relativos à transação imobiliária ao

Certidão do Cartório de Registro de Imóveis respectivo, expedida em até 30 (trinta) dias, comprovando que a transmissão não foi registrada ou que, apesar de ter sido registrada, foi

Cópia de cartão bancário ou outro documento que informe os dados da instituição financeira, agência, operação (se houver) e conta corrente/poupança de propriedade do requerente, na qual o

Observações

Essa opção deve ser utilizada em caso de devolução do imóvel, após a conclusão da transação imobiliária, desde que dentro do prazo decadencial de redibição, conforme definido pela lei civil

Nos termos do artigo 445 do Código Civil, o adquirente/cessionário decai do direito de obter a redibição do imóvel no prazo de um ano, contado do registro da escritura pública. Se o

adquirente/cessionário já estava na posse do imóvel, o prazo conta-se da mesma data (registro de

1.2.12.3 ITBI-Restituição-Outras

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Página 54 de 137



Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Guia de lançamento do ITBI, podendo ser substituída pela simples indicação do número da mesma

Outros Documentos

Certidão do Cartório de Registro de Imóveis respectivo, expedida em até 30 (trinta) dias, comprovando que a transmissão não foi registrada ou que, apesar de ter sido registrada, foi

Cópia de cartão bancário ou outro documento que informe os dados da instituição financeira, agência, operação (se houver) e conta corrente/poupança de propriedade do requerente, na qual o

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

1.2.13 Revisão de Dívida Inscrita

1.2.13.1 ITBI-Revisão de Dívida Inscrita-Compensação

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Página 55 de 137



Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Guia de lançamento do ITBI, podendo ser substituída pela simples indicação do número da mesma

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

1.2.13.2 ITBI-Revisão de Dívida Inscrita-Pagamento

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Guia de lançamento do ITBI, podendo ser substituída pela simples indicação do número da mesma

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

1.2.13.3 ITBI-Revisão de Dívida Inscrita-Parcelamento

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Página 56 de 137



Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Guia de lançamento do ITBI, podendo ser substituída pela simples indicação do número da mesma

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

1.2.13.4 ITBI-Revisão de Dívida Inscrita-Precedente Vinculante

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Página 57 de 137



Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Guia de lançamento do ITBI, podendo ser substituída pela simples indicação do número da mesma

Outros Documentos

Documentos e arrazoados que ensejam a aplicação dos dispositivos legais ou precedentes aos débitos inscritos em dívida ativa, bem como o, quando for o caso, dos documentos que com prove

a adequação do caso concreto aos tem as constantes nas hipóteses de dispensa

Observações

Esse pedido refere-se à alegação de afronta a precedente vinculante, formado antes ou após inscrição em dívida ativa do Município e, em caso de precedentes não vinculantes de tribunais superiores, submetidos à sistemática dos recursos repetitivos ou da repercussão geral, apenas em

1.2.13.5 ITBI-Revisão de Dívida Inscrita-Precrição-Decadência

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Guia de lançamento do ITBI, podendo ser substituída pela simples indicação do número da mesma

Outros Documentos

Documentos que com proveem a data da constituição definitiva dos créditos tributários e não tributários, acompanhados das razões pelas quais os débitos são considerados decaídos ou

Observações

1.2.13.6 ITBI-Revisão de Dívida Inscrita-Suspensão

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente

Página 58 de 137



CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro

Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o

imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Guia de lançamento do ITBI, podendo ser substituída pela simples indicação do número da mesma

Outros Documentos

Documentos que comprovem a alegação de suspensão por decisão judicial, incluindo a petição

inicial e a decisão que suspendeu a exigibilidade, com indicação precisa dos débitos suspensos

*Observações***1.2.13.7 ITBI-Revisão de Dívida Inscrita-Outras***Identificação Requerente Pessoa Física*

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Página 59 de 137

Atividade por 1 período: SEMANÁRIO OFICIAL ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://trfjapessoa.1doc.com.br/verificacao/8625-C370-9342-0BAE*Identificação Requerente Pessoa Física*

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro

Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o

imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Outros Documentos

Documentos que comprovem os créditos do requerente contra a Fazenda Pública Municipal,

I) direito à restituição de pagamento indevido, reconhecido por decisão definitiva, administrativa ou

II) direito a pagamento objeto de empenho já liquidado, ainda que decorra de precatório judicial

Observações

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

1.3.2 Consulta**1.3.2.1 TCR-Consulta-Outras***Identificação Requerente Pessoa Física*

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

Página 61 de 137

Atividade por 1 período: SEMANÁRIO OFICIAL ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://trfjapessoa.1doc.com.br/verificacao/8625-C370-9342-0BAE*Documentos do Imóvel*

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro

Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o

imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Guia de lançamento do ITBI, podendo ser substituída pela simples indicação do número da mesma

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

*Observações***1.2.14 Diversos****1.2.14.1 ITBI-Diversos-Outras***Identificação Requerente Pessoa Física*

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro

Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o

imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Guia de lançamento do ITBI, podendo ser substituída pela simples indicação do número da mesma

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

*Observações***1.3 TCR****1.3.1 Compensação****1.3.1.1 TCR-Compensação-Outras**

Página 60 de 137

Atividade por 1 período: SEMANÁRIO OFICIAL ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://trfjapessoa.1doc.com.br/verificacao/8625-C370-9342-0BAE

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro

Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o

imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

1.3.3 Impugnação**1.3.3.1 TCR-Impugnação-Outras***Identificação Requerente Pessoa Física*

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro

Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o

imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Página 62 de 137

Atividade por 1 período: SEMANÁRIO OFICIAL ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://trfjapessoa.1doc.com.br/verificacao/8625-C370-9342-0BAE

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

1.3.4 Incentivo Fiscal-Isenção

1.3.4.1 TCR-Incentivo Fiscal-Isenção-Baixa Renda Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Documentos para Pessoa Física - Incentivo Fiscal Imobiliário - Isenção ou Redução

Certidões (negativa/positiva) de ambos os Cartórios de Registro de Imóveis (Carlos Ulysses e Eunápio Torres), expedidas em até 90 (noventa) dias, comprovando que o requerente é proprietário Se casado ou mantém união estável:

I) certidões idênticas às do item anterior em nome do cônjuge ou companheiro do requerente, II) certidão de casamento ou declaração de união estável (em caso de cônjuge ou companheiro falecido, juntar certidão de óbito, no lugar da certidão ou declaração de casamento ou de união Comprovante de residência atualizado, relativo a período inferior a 90 (noventa) dias, tais como: água, energia, telefone fixo, tv a cabo, condomínio, cartão de crédito, etc.

Outros Documentos

Para comprovação da renda bruta mensal familiar:

I) contracheque ou comprovante de pagamento (salário, rendimento ou remuneração) em nome do requerente e demais componentes do grupo familiar, relativo ao mês de entrada do processo ou II) comprovante de pagamento da pensão, recebida pelo requerente e demais componentes do grupo familiar, relativo ao mês de entrada do processo ou mês imediatamente anterior; ou III) caso o requerente ou algum membro do grupo familiar não possua renda, declaração do INSS comprovando que o mesmo não é beneficiário de aposentadoria ou pensão

Observações

Por exigência fixada nos termos da legislação tributária, para pleitear, obter e permanecer no gozo de quaisquer incentivos ou benefícios fiscais o interessado deverá fazer prova de quitação de dívidas municipais tributárias e não-tributárias, inscritas ou não na dívida ativa da Fazenda Pública

Página 63 de 137



Como condição para deferimento do pedido, o imóvel deverá, obrigatoriamente, ter área construída privativa de até 60 m² e padrão construtivo subnormal ou baixo

A renda bruta mensal familiar não poderá ser superior a 1 (um) salário mínimo

1.3.5 Incentivo Fiscal-Redução

1.3.5.1 TCR-Incentivo Fiscal-Redução-Outras Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Imobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Por exigência fixada nos termos da legislação tributária, para pleitear, obter e permanecer no gozo de quaisquer incentivos ou benefícios fiscais o interessado deverá fazer prova de quitação de dívidas municipais tributárias e não-tributárias, inscritas ou não na dívida ativa da Fazenda Pública

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

1.3.6 Lançamento

1.3.6.1 TCR-Lançamento-Outras Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Página 64 de 137



Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Imobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

1.3.7 Não-incidência

1.3.7.1 TCR-Não-incidência-Indisponibilidade Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Imobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Página 65 de 137



Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Outros Documentos

Certidão, declaração ou documento equivalente, expedido pela EMLUR, atestando a indisponibilidade do serviço de coleta para o imóvel objeto do pedido

Observações

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

1.3.8 Reexame de Ofício

1.3.8.1 TCR-Reexame de Ofício-Outras Observações

O presente processo é instaurado de ofício, por ato da autoridade julgadora de primeira instância nos casos indicados na legislação tributária, de modo que não há exigências para a juntada de

1.3.9 Recurso Voluntário

1.3.9.1 TCR-Recurso Voluntário-Outras Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Não será necessário juntar os documentos relacionados à identificação do requerente, seu representante legal ou seu procurador; ou outros que já se encontram anexados à impugnação

1.3.10 Regime Especial de Tributação

1.3.10.1 TCR-Regime Especial de Tributação-Outras Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Imobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Página 66 de 137



Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Por exigência fixada nos termos da legislação tributária, para pleitear, obter e permanecer no gozo de quaisquer incentivos ou benefícios fiscais o interessado deverá fazer prova de quitação de dívidas municipais tributárias e não-tributárias, inscritas ou não na dívida ativa da Fazenda Pública. Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

1.3.11 Restituição

1.3.11.1 TCR-Restituição-Outras
Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel. Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Outros Documentos

Cópia de cartão bancário ou outro documento que informe os dados da instituição financeira, agência, operação (se houver) e conta corrente/poupança de propriedade do requerente, na qual

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

1.3.12 Revisão de Dívida Inscrita

1.3.12.1 TCR-Revisão de Dívida Inscrita-Compensação

Página 67 de 137



Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel. Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

1.3.12.2 TCR-Revisão de Dívida Inscrita-Pagamento

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Página 68 de 137



Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel. Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

1.3.12.3 TCR-Revisão de Dívida Inscrita-Parcelamento

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel. Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

1.3.12.4 TCR-Revisão de Dívida Inscrita-Precedente Vinculante

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel. Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Outros Documentos

Documentos e arrazoados que ensejem a aplicação dos dispositivos legais ou precedentes aos débitos inscritos em dívida ativa, bem com o, quando for o caso, dos documentos que com proveu a adequação do caso concreto aos tem as constantes nas hipóteses de dispensa

Observações

Esse pedido refere-se à alegação de afronta a precedente vinculante, formado antes ou após a inscrição em dívida ativa do Município e, em caso de precedentes não vinculantes de tribunais superiores, submetidos à sistemática dos recursos repetitivos ou da repercussão geral, apenas em

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

1.3.12.5 TCR-Revisão de Dívida Inscrita-Prescrição-Decadência

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Página 70 de 137



Assinado por: 1ª Juíza SEBASTIÃO REITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://joiapessoa.150cc.com.br/verificacao/8625-C370-93A2-9BAE e informe o código: 8625-C370-93A2-9BAE

Assinado por: 1ª Juíza SEBASTIÃO REITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://joiapessoa.150cc.com.br/verificacao/8625-C370-93A2-9BAE e informe o código: 8625-C370-93A2-9BAE

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade
Documentos do Imóvel
Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel
Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias
Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de
Outros Documentos
Documentos que com proveem a data da constituição definitiva dos créditos tributários e não tributários, acompanhados das razões pelas quais os débitos são considerados decaídos ou
Observações
Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

1.3.12.6 TCR-Revisão de Dívida Inscrita-Suspensão
Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF
Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado
Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade
Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF
Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade
Documentos do Imóvel
Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel
Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias
Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de
Outros Documentos
Documentos que comprovem a alegação de suspensão por decisão judicial, incluindo a petição inicial e a decisão que suspendeu a exigibilidade, com indicação precisa dos débitos suspensos

Página 71 de 137



Assinado por: J. Pessoa, SEBASTIÃO FERREIRA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://joi.joao Pessoa.1.doc.com.br/verificacao/8625-CIT70-9042-0BAE e informe o código: 8625-CIT70-9042-0BAE

Observações
Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

1.3.12.7 TCR-Revisão de Dívida Inscrita-Outras
Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF
Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado
Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade
Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF
Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade
Documentos do Imóvel
Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel
Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias
Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de
Outros Documentos
Outros documentos que fundamentam o pedido
Observações
Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

1.3.13 Diversos
1.3.13.1 TCR-Diversos-Outras
Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF
Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado
Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Página 72 de 137



Assinado por: J. Pessoa, SEBASTIÃO FERREIRA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://joi.joao Pessoa.1.doc.com.br/verificacao/8625-CIT70-9042-0BAE e informe o código: 8625-CIT70-9042-0BAE

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade
Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade
Documentos do Imóvel
Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel
Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias
Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de
Outros Documentos
Outros documentos que fundamentam o pedido
Observações
Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

1.4 RECEITA IMOBILIÁRIA DIVERSA
1.4.1 Cadastral-Alteração
1.4.1.1 RECEITA IMOBILIÁRIA DIVERSA-Cadastral-Alteração-Titularidade Imóvel
Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF
Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado
Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade
Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF
Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade
Documentos do Imóvel
Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel
Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias
Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de
Outros Documentos

Caso a certidão de registro do imóvel não contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva e, ainda, o requerente não disponha de instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo, deverá comprovar I) comprovante de residência relativo a período dos últimos 180 (cento e oitenta) dias, tais como: água, energia, telefone fixo, tv a cabo, condomínio, cartão de crédito, etc.

II) comprovação de posse, mediante o resultado de vistoria *in loco* ser realizada pela Prefeitura

Observações
Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o Caso o imóvel não seja matriculado no Registro Público de Imóveis competente, anexar certidão Caso a documentação acostada ao requerimento configure fato gerador do ITBI e não haja comprovação de que o mesmo tenha sido recolhido, tramitar-se-á o procedimento como

1.4.1.2 RECEITA IMOBILIÁRIA DIVERSA-Cadastral-Alteração-Uso-Destinação
Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF
Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado
Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade
Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF
Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade
Documentos do Imóvel
Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel
Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias
Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de
Outros Documentos
Outros documentos que fundamentam o pedido
Observações

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

1.4.1.3 RECEITA IMOBILIÁRIA DIVERSA-Cadastral-Alteração-Outras
Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente

Página 74 de 137



Assinado por: J. Pessoa, SEBASTIÃO FERREIRA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://joi.joao Pessoa.1.doc.com.br/verificacao/8625-CIT70-9042-0BAE e informe o código: 8625-CIT70-9042-0BAE

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

1.4.2 Compensação**1.4.2.1 RECEITA IMOBILIÁRIA DIVERSA-Compensação-Outras***Identificação Requerente Pessoa Física*

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Página 75 de 137

Assinado por 1 pessoa: SEBASTIÃO FETICSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://jaojapessoa.1doc.com.br/verificacao/8625-C370-93A2-0BAE e informe o código 8625-C370-93A2-0BAE**1.4.4.1 RECEITA IMOBILIÁRIA DIVERSA-Impugnação-Outras***Identificação Requerente Pessoa Física*

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

1.4.5 Incentivo Fiscal-Isenção**1.4.5.1 RECEITA IMOBILIÁRIA DIVERSA-Incentivo Fiscal-Isenção-Outras***Identificação Requerente Pessoa Física*

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

Página 77 de 137

Assinado por 1 pessoa: SEBASTIÃO FETICSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://jaojapessoa.1doc.com.br/verificacao/8625-C370-93A2-0BAE e informe o código 8625-C370-93A2-0BAE*Documentos do Imóvel*

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Outros Documentos

Documentos que comprovem os créditos do requerente contra a Fazenda Pública Municipal,

I) direito à restituição de pagamento indevido, reconhecido por decisão definitiva, administrativa ou

II) direito a pagamento objeto de empenho já liquidado, ainda que decorra de precatório judicial

Observações

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

1.4.3 Consulta**1.4.3.1 RECEITA IMOBILIÁRIA DIVERSA-Consulta-Outras***Identificação Requerente Pessoa Física*

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

1.4.4 Impugnação

Página 76 de 137

Assinado por 1 pessoa: SEBASTIÃO FETICSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://jaojapessoa.1doc.com.br/verificacao/8625-C370-93A2-0BAE e informe o código 8625-C370-93A2-0BAE

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

Por exigência fixada nos termos da legislação tributária, para pleitear, obter e permanecer no gozo de quaisquer incentivos ou benefícios fiscais o interessado deverá fazer prova de quitação de dívidas municipais tributárias e não-tributárias, inscritas ou não na dívida ativa da Fazenda Pública

1.4.6 Incentivo Fiscal-Redução**1.4.6.1 RECEITA IMOBILIÁRIA DIVERSA-Incentivo Fiscal-Redução-Outras***Identificação Requerente Pessoa Física*

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Página 78 de 137

Assinado por 1 pessoa: SEBASTIÃO FETICSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://jaojapessoa.1doc.com.br/verificacao/8625-C370-93A2-0BAE e informe o código 8625-C370-93A2-0BAE

Observações

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o Por exigência fixada nos termos da legislação tributária, para pleitear, obter e permanecer no gozo de quaisquer incentivos ou benefícios fiscais o interessado deverá fazer prova de quitação de dívidas municipais tributárias e não-tributárias, inscritas ou não na dívida ativa da Fazenda Pública

1.4.7 Lançamento

1.4.7.1 RECEITA IMOBILIÁRIA DIVERSA-Lançamento-Outras
Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Mobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel
Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias
Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

1.4.8 Não-incidência

1.4.8.1 RECEITA IMOBILIÁRIA DIVERSA-Não-incidência-Outras
Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Página 79 de 137



Assinado por: SEBASTIAO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://jfspessoa.1dsic.com.br/verificacao/B025-C370-93A2-0BAE

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Mobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel
Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias
Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o Por exigência fixada nos termos da legislação tributária, para pleitear, obter e permanecer no gozo de quaisquer incentivos ou benefícios fiscais o interessado deverá fazer prova de quitação de dívidas municipais tributárias e não-tributárias, inscritas ou não na dívida ativa da Fazenda Pública

1.4.12 Restituição

1.4.12.1 RECEITA IMOBILIÁRIA DIVERSA-Restituição-Outras
Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Mobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Página 81 de 137



Assinado por: SEBASTIAO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://jfspessoa.1dsic.com.br/verificacao/B025-C370-93A2-0BAE

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Mobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel
Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias
Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

1.4.9 Reexame de Ofício

1.4.9.1 RECEITA IMOBILIÁRIA DIVERSA-Reexame de Ofício-Outras
Observações

O presente processo é instaurado de ofício, por ato da autoridade julgadora de primeira instância, nos casos indicados na legislação tributária, de modo que não há exigências para a juntada de

1.4.10 Recurso Voluntário

1.4.10.1 RECEITA IMOBILIÁRIA DIVERSA-Recurso Voluntário-Outras
Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Não será necessário juntar os documentos relacionados à identificação do requerente, seu representante legal ou seu procurador; ou outros que já se encontram anexados à impugnação

1.4.11 Regime Especial de Tributação

1.4.11.1 RECEITA IMOBILIÁRIA DIVERSA-Regime Especial de Tributação-Outras
Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Página 80 de 137



Assinado por: SEBASTIAO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://jfspessoa.1dsic.com.br/verificacao/B025-C370-93A2-0BAE

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias
Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Outros Documentos

Cópia de cartão bancário ou outro documento que informe os dados da instituição financeira, agência, operação (se houver) e conta corrente/poupança de propriedade do requerente, na qual o

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

1.4.13 Revisão de Dívida Inscrita

1.4.13.1 RECEITA IMOBILIÁRIA DIVERSA-Revisão de Dívida Inscrita-Compensação
Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Mobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel
Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias
Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

1.4.13.2 RECEITA IMOBILIÁRIA DIVERSA-Revisão de Dívida Inscrita-Pagamento
Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF

Página 82 de 137



Assinado por: SEBASTIAO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://jfspessoa.1dsic.com.br/verificacao/B025-C370-93A2-0BAE

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

1.4.13.3 RECEITA IMOBILIÁRIA DIVERSA-Revisão de Dívida Inscrita-Parcelamento*Identificação Requerente Pessoa Física*

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Página 83 de 137

Assinado por 1 pessoa: SEBASTIÃO FETICSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://brasilcaixa/8625-C370-93A2-0BAE> e informe o código: 8625-C370-93A2-0BAE

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

1.4.13.4 RECEITA IMOBILIÁRIA DIVERSA-Revisão de Dívida Inscrita-Precedente Vinculante*Identificação Requerente Pessoa Física*

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Outros Documentos

Documentos e arrazoados que ensejam a aplicação dos dispositivos legais ou precedentes dos débitos inscritos em dívida ativa, bem com o, quando for o caso, dos documentos que comprove a adequação do caso concreto aos tem as constantes nas hipóteses de dispensa

Observações

Esse pedido refere-se à alegação de afronta a precedente vinculante, formado antes ou após a inscrição em dívida ativa do Município e, em caso de precedentes não vinculantes de tribunais superiores, submetidos à sistemática dos recursos repetitivos ou da repercussão geral, apenas em

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

Página 84 de 137

Assinado por 1 pessoa: SEBASTIÃO FETICSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://brasilcaixa/8625-C370-93A2-0BAE> e informe o código: 8625-C370-93A2-0BAE**1.4.13.5 RECEITA IMOBILIÁRIA DIVERSA-Revisão de Dívida Inscrita-Precrição-Decadência***Identificação Requerente Pessoa Física*

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Outros Documentos

Documentos que com provem a data da constituição definitiva dos créditos tributários e não tributários, acompanhados das razões pelas quais os débitos são considerados decaídos ou

Observações

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

1.4.13.6 RECEITA IMOBILIÁRIA DIVERSA-Revisão de Dívida Inscrita-Suspensão*Identificação Requerente Pessoa Física*

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

Página 85 de 137

Assinado por 1 pessoa: SEBASTIÃO FETICSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://brasilcaixa/8625-C370-93A2-0BAE> e informe o código: 8625-C370-93A2-0BAE

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Outros Documentos

Documentos que comprovem a alegação de suspensão por decisão judicial, incluindo a petição inicial e a decisão que suspendeu a exigibilidade, com indicação precisa dos débitos suspensos

Observações

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

1.4.13.7 RECEITA IMOBILIÁRIA DIVERSA-Revisão de Dívida Inscrita-Outras*Identificação Requerente Pessoa Física*

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Outros Documentos

Documentos e arrazoados que ensejam a aplicação dos dispositivos legais ou precedentes dos débitos inscritos em dívida ativa do Município e, em caso de precedentes não vinculantes de tribunais superiores, submetidos à sistemática dos recursos repetitivos ou da repercussão geral, apenas em

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

Página 86 de 137

Assinado por 1 pessoa: SEBASTIÃO FETICSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://brasilcaixa/8625-C370-93A2-0BAE> e informe o código: 8625-C370-93A2-0BAE

1.4.14 Diversos

1.4.14.1 RECEITA IMOBILIÁRIA DIVERSA-Diversos-Outras
Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos do Imóvel

Ficha cadastral ou documento semelhante para identificar a inscrição do imóvel no Cadastro

Imobiliário Fiscal, podendo ser substituída pela simples indicação do número de inscrição do imóvel

Certidão de registro do imóvel objeto do pedido, expedida em até 90 (noventa) dias

Instrumento de transmissão/cessão que configure título aquisitivo e comprove o vínculo com o

imóvel objeto do pedido, tais como escritura pública, contrato de compra e venda, contrato de

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Caso a certidão de registro do imóvel contenha o requerente como proprietário ou como titular de

algum direito real ou pessoal que configure a sujeição passiva, não será necessário juntar o

2 MOBILIÁRIO

2.1 ISS

2.1.1 Compensação

2.1.1.1 ISS-Compensação-Outras
Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Página 87 de 137



Atividade por 1 pessoa: SEBASTIÃO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://joiapessoa.1doc.com.br/verificacao/8625-C370-93A2-0BAE

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

É obrigatória a apresentação de impugnação individualizada para cada ato de lançamento

2.1.3.2 ISS-Impugnação-Estimativa
Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

É obrigatória a apresentação de impugnação individualizada para cada ato de lançamento

2.1.3.3 ISS-Impugnação-Exclusão Simples Nacional
Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Página 89 de 137



Atividade por 1 pessoa: SEBASTIÃO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://joiapessoa.1doc.com.br/verificacao/8625-C370-93A2-0BAE

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Documentos que comprovem os créditos do requerente contra a Fazenda Pública Municipal,

I) direito à restituição de pagamento indevido, reconhecido por decisão definitiva, administrativa ou

II) direito a pagamento objeto de empenho já liquidado, ainda que decorra de precatório judicial

Observações

2.1.2 Consulta

2.1.2.1 ISS-Consulta-Outras
Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

2.1.3 Impugnação

2.1.3.1 ISS-Impugnação-Auto de Infração
Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Página 88 de 137



Atividade por 1 pessoa: SEBASTIÃO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://joiapessoa.1doc.com.br/verificacao/8625-C370-93A2-0BAE

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

É obrigatória a apresentação de impugnação individualizada para cada termo de exclusão

2.1.3.4 ISS-Impugnação-Profissional Autônomo
Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

É obrigatória a apresentação de impugnação individualizada para cada ato de lançamento

2.1.3.5 ISS-Impugnação-Outras
Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

Página 90 de 137



Atividade por 1 pessoa: SEBASTIÃO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://joiapessoa.1doc.com.br/verificacao/8625-C370-93A2-0BAE

CPF
Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade
Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

É obrigatória a apresentação de impugnação individualizada para cada ato de lançamento

2.1.4 Imunidade

2.1.4.1 ISS-Imunidade-Assistência Social

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos para Pessoa Jurídica - Imunidade

Lei, estatuto ou contrato social da entidade

Alvará de Licença para Localização e Funcionamento

Alvará de Licença Sanitária, se cabível

Alvará de Licença Ambiental, se cabível

Balanco Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício, relativo aos cinco últimos anos ou desde o início das atividades, se inferior a cinco anos

Folha mensal de pagamento de pessoal, relativo aos cinco últimos anos ou desde o início das

Outros Documentos

Declaração própria contendo a política de atendimento da entidade de assistência social, conforme exigência da legislação tributária

Observações

A instrução do procedimento demandará análise do cumprimento das obrigações acessórias pertinentes aos sistemas informatizados da Declaração de Serviços Prestados, Declaração de

2.1.4.2 ISS-Imunidade-Educação

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos para Pessoa Jurídica - Imunidade

Página 91 de 137

Assinado por 1 pessoa: SEBASTIAO FETIOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://joaopessoa.1d.com.br/verificacao/8625-C870-9A02-8BAE e informe o código: B625-C870-9A02-8BAE

D

Lei, estatuto ou contrato social da entidade
Alvará de Licença para Localização e Funcionamento
Alvará de Licença Sanitária, se cabível
Alvará de Licença Ambiental, se cabível
Balanco Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício, relativo aos cinco últimos anos ou desde o início das atividades, se inferior a cinco anos
Folha mensal de pagamento de pessoal, relativo aos cinco últimos anos ou desde o início das

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

A instrução do procedimento demandará auditoria fiscal especialmente designada para análise da

2.1.4.3 ISS-Imunidade-Partidos Políticos

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos para Pessoa Jurídica - Imunidade

Lei, estatuto ou contrato social da entidade

Alvará de Licença para Localização e Funcionamento

Alvará de Licença Sanitária, se cabível

Alvará de Licença Ambiental, se cabível

Balanco Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício, relativo aos cinco últimos anos ou desde o início das atividades, se inferior a cinco anos

Folha mensal de pagamento de pessoal, relativo aos cinco últimos anos ou desde o início das

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

A instrução do procedimento demandará análise do cumprimento das obrigações acessórias pertinentes aos sistemas informatizados da Declaração de Serviços Prestados, Declaração de

2.1.4.4 ISS-Imunidade-Reciproca

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Página 92 de 137

Assinado por 1 pessoa: SEBASTIAO FETIOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://joaopessoa.1d.com.br/verificacao/8625-C870-9A02-8BAE e informe o código: B625-C870-9A02-8BAE

D

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos para Pessoa Jurídica - Imunidade

Lei, estatuto ou contrato social da entidade

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

A imunidade da autarquia ou fundação pública aplica-se ao patrimônio vinculado à sua finalidade essencial ou dela decorrente, não se estendendo ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a

2.1.4.5 ISS-Imunidade-Religiosa

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos para Pessoa Jurídica - Imunidade

Lei, estatuto ou contrato social da entidade

Alvará de Licença para Localização e Funcionamento

Alvará de Licença Sanitária, se cabível

Alvará de Licença Ambiental, se cabível

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

A instrução do procedimento demandará análise do cumprimento das obrigações acessórias pertinentes aos sistemas informatizados da Declaração de Serviços Prestados, Declaração de

2.1.4.6 ISS-Imunidade-Sindicato

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Documentos para Pessoa Jurídica - Imunidade

Lei, estatuto ou contrato social da entidade

Alvará de Licença para Localização e Funcionamento

Página 93 de 137

Assinado por 1 pessoa: SEBASTIAO FETIOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://joaopessoa.1d.com.br/verificacao/8625-C870-9A02-8BAE e informe o código: B625-C870-9A02-8BAE

D

Alvará de Licença Sanitária, se cabível
Alvará de Licença Ambiental, se cabível
Balanco Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício, relativo aos cinco últimos anos ou desde o início das atividades, se inferior a cinco anos
Folha mensal de pagamento de pessoal, relativo aos cinco últimos anos ou desde o início das

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

A instrução do procedimento demandará análise do cumprimento das obrigações acessórias pertinentes aos sistemas informatizados da Declaração de Serviços Prestados, Declaração de

2.1.5 Incentivo Fiscal-Redução

2.1.5.1 ISS-Incentivo Fiscal-Redução-Artista Paraibano-Show

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Citidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Declaração da Fundação Cultural de João Pessoa - FUNJOPE, comprovando que os artistas do evento são cadastrados naquela entidade e, ainda, que são residentes e domiciliados no Estado da

Declaração do teatro, casa de shows ou similar, informando as datas dos eventos e comprovando que os eventos serão realizados com os artistas indicados na declaração da FUNJOPE

Observações

Por exigência fixada nos termos da legislação tributária, para pleitear, obter e permanecer no gozo de quaisquer incentivos ou benefícios fiscais o interessado deverá fazer prova de quitação de dívidas municipais tributárias e não-tributárias, inscritas ou não na dívida ativa da Fazenda Pública.

A instrução do procedimento demandará análise do cumprimento das obrigações acessórias pertinentes aos sistemas informatizados da Declaração de Serviços Prestados, Declaração de

Caso a declaração do teatro, casa de show ou similar aponte a participação, no evento, de artistas de outro Estado, a redução permanecerá válida

Nos termos da legislação tributária, o interessado deverá requerer e comprovar os requisitos para presente isenção em até 5 (cinco) dias úteis antes da realização do evento

Página 94 de 137

Assinado por 1 pessoa: SEBASTIAO FETIOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://joaopessoa.1d.com.br/verificacao/8625-C870-9A02-8BAE e informe o código: B625-C870-9A02-8BAE

D

2.1.5.2 ISS-Incentivo Fiscal-Redução-Call Center

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Protocolo de Intenções, com a previsão de geração de empregos e da realização de investimentos

Observações

Por exigência fixada nos termos da legislação tributária, para pleitear, obter e permanecer no gozo de quaisquer incentivos ou benefícios fiscais o interessado deverá fazer prova de quitação de dívidas municipais tributárias e não-tributárias, inscritas ou não na dívida ativa da Fazenda Pública. A instrução do procedimento demandará análise do cumprimento das obrigações acessórias pertinentes aos sistemas informatizados da Declaração de Serviços Prestados, Declaração de

2.1.5.3 ISS-Incentivo Fiscal-Redução-Condução Auxiliar

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Certificado de registro e licenciamento do veículo - CRLV

Declaração do DETRAN, comprovando que, em nome do requerente, na categoria aluguel, não Declaração da SEMOB, comprovando que o requerente:

I) é cadastrado como motorista profissional, na condição de condutor auxiliar; ou

II) ingressou com pedido de inscrição, se ainda não for cadastrado

Observações

Por exigência fixada nos termos da legislação tributária, para pleitear, obter e permanecer no gozo de quaisquer incentivos ou benefícios fiscais o interessado deverá fazer prova de quitação de dívidas municipais tributárias e não-tributárias, inscritas ou não na dívida ativa da Fazenda Pública.

2.1.5.4 ISS-Incentivo Fiscal-Redução-Construção Civil

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Página 95 de 137

Analisado por 1 pessoa: SEBASTIAO FETOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://jppessoa.1foc.com.br/verificacao/8925-CF70-93A2-9BAE



Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Por exigência fixada nos termos da legislação tributária, para pleitear, obter e permanecer no gozo de quaisquer incentivos ou benefícios fiscais o interessado deverá fazer prova de quitação de dívidas municipais tributárias e não-tributárias, inscritas ou não na dívida ativa da Fazenda Pública. A instrução do procedimento demandará análise do cumprimento das obrigações acessórias pertinentes aos sistemas informatizados da Declaração de Serviços Prestados, Declaração de

2.1.5.7 ISS-Incentivo Fiscal-Redução-Extremotec

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Declaração de que participa e satisfaz as exigências do EXTREMOTEC, emitida pelo ente que

Observações

Por exigência fixada nos termos da legislação tributária, para pleitear, obter e permanecer no gozo de quaisquer incentivos ou benefícios fiscais o interessado deverá fazer prova de quitação de dívidas municipais tributárias e não-tributárias, inscritas ou não na dívida ativa da Fazenda Pública. A instrução do procedimento demandará análise do cumprimento das obrigações acessórias pertinentes aos sistemas informatizados da Declaração de Serviços Prestados, Declaração de

2.1.5.8 ISS-Incentivo Fiscal-Redução-Guia de Turismo

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Página 97 de 137

Analisado por 1 pessoa: SEBASTIAO FETOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://jppessoa.1foc.com.br/verificacao/8925-CF70-93A2-9BAE



Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Declaração da instituição financeira ou documento equivalente, comprovando que os imóveis integrantes do empreendimento a ser edificado atendem aos requisitos fixados na legislação

I) área construída privativa não superior a 60,00m²;

II) padrão construtivo baixo ou subnormal

Observações

Por exigência fixada nos termos da legislação tributária, para pleitear, obter e permanecer no gozo de quaisquer incentivos ou benefícios fiscais o interessado deverá fazer prova de quitação de dívidas municipais tributárias e não-tributárias, inscritas ou não na dívida ativa da Fazenda Pública. A instrução do procedimento demandará análise do cumprimento das obrigações acessórias pertinentes aos sistemas informatizados da Declaração de Serviços Prestados, Declaração de

A empresa requerente deverá manter escrituração contábil de todos os investimentos e gastos efetuados, comprovados com documentação idônea, que será mantida em poder do titular do serviço, à disposição da fiscalização, enquanto não ocorrer a prescrição do crédito tributário

O requerimento deve ser protocolado antes do início dos serviços de construção civil

2.1.5.5 ISS-Incentivo Fiscal-Redução-Cooperativa Motoristas

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Por exigência fixada nos termos da legislação tributária, para pleitear, obter e permanecer no gozo de quaisquer incentivos ou benefícios fiscais o interessado deverá fazer prova de quitação de dívidas municipais tributárias e não-tributárias, inscritas ou não na dívida ativa da Fazenda Pública. A instrução do procedimento demandará análise do cumprimento das obrigações acessórias pertinentes aos sistemas informatizados da Declaração de Serviços Prestados, Declaração de

O incentivo fiscal é aplicável também às associações de motoristas

2.1.5.6 ISS-Incentivo Fiscal-Redução-Diagnóstico Imagem

Página 96 de 137

Analisado por 1 pessoa: SEBASTIAO FETOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://jppessoa.1foc.com.br/verificacao/8925-CF70-93A2-9BAE



Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Declaração da SETUR, comprovando que o requerente:

I) é cadastrado como guia de turismo; ou

II) ingressou com pedido de inscrição, se ainda não for cadastrado

Observações

Por exigência fixada nos termos da legislação tributária, para pleitear, obter e permanecer no gozo de quaisquer incentivos ou benefícios fiscais o interessado deverá fazer prova de quitação de dívidas municipais tributárias e não-tributárias, inscritas ou não na dívida ativa da Fazenda Pública.

2.1.5.9 ISS-Incentivo Fiscal-Redução-Hospitais-Congêneres

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Foto das instalações onde estão situados os leitos de internação

Relação dos nomes das pessoas integrantes da equipe clínica atual, separados por área de

Folha de pagamento dos 2 (dois) meses imediatamente anteriores ao requerimento, onde conste os nomes indicados no item anterior

Escala de plantões do atendimento de urgência/emergência dos 2 (dois) meses imediatamente

Contrato de locação para instalação da unidade de coleta de material para exames laboratoriais e

também para a unidade de coleta de imagens para exames radiológicos. Quando houver a

utilização de recursos próprios para qualquer dessas finalidades, a relação de nomes de pessoas

da equipe clínica atual e a folha de pagamentos deverá conter a indicação de profissionais

Fotos das instalações do centro ou unidade para tratamento intensivo. A relação de nomes de

pessoas da equipe clínica atual e a folha de pagamentos deverá conter a indicação de profissionais

Observações

Por exigência fixada nos termos da legislação tributária, para pleitear, obter e permanecer no gozo de quaisquer incentivos ou benefícios fiscais o interessado deverá fazer prova de quitação de dívidas municipais tributárias e não-tributárias, inscritas ou não na dívida ativa da Fazenda Pública. A instrução do procedimento demandará análise do cumprimento das obrigações acessórias pertinentes aos sistemas informatizados da Declaração de Serviços Prestados, Declaração de

Esse incentivo fiscal é aplicável também a casas de saúde, maternidades, prontos-socorros, casas de repouso e recuperação, ou clínicas equiparadas

Página 98 de 137

Analisado por 1 pessoa: SEBASTIAO FETOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://jppessoa.1foc.com.br/verificacao/8925-CF70-93A2-9BAE



2.1.5.10 ISS-Incentivo Fiscal-Redução-Laboratório*Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado*

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Por exigência fixada nos termos da legislação tributária, para pleitear, obter e permanecer no gozo de quaisquer incentivos ou benefícios fiscais o interessado deverá fazer prova de quitação de dívidas municipais tributárias e não-tributárias, inscritas ou não na dívida ativa da Fazenda Pública. A instrução do procedimento demandará análise do cumprimento das obrigações acessórias pertinentes aos sistemas informatizados da Declaração de Serviços Prestados, Declaração de

2.1.5.11 ISS-Incentivo Fiscal-Redução-Motorista*Identificação Requerente Pessoa Física*

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Certificado de registro e licenciamento do veículo - CRLV

Declaração do DETRAN, comprovando que, em nome do requerente, na categoria aluguel, existe apenas o registro do veículo indicado no documento descrito no item anterior

Declaração da SEMOB, comprovando que o requerente:

I) é cadastrado como motorista profissional; ou

II) ingressou com pedido de inscrição, se ainda não for cadastrado

Observações

Por exigência fixada nos termos da legislação tributária, para pleitear, obter e permanecer no gozo de quaisquer incentivos ou benefícios fiscais o interessado deverá fazer prova de quitação de dívidas municipais tributárias e não-tributárias, inscritas ou não na dívida ativa da Fazenda Pública.

2.1.5.12 ISS-Incentivo Fiscal-Redução-Polo Cultural-Artístico*Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado*

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Certidão comprovando que o local de instalação do empreendimento está inserido no Centro Projeto ou plano de negócio, onde o requerente deverá apresentar a previsão de geração de empregos e da realização de investimentos na cidade de João Pessoa

Para as empresas já instaladas, o projeto ou plano de negócio indicado no item anterior deverá ainda descrever a ampliação no quantitativo de mão-de-obra empregada para prestação de

Observações

Por exigência fixada nos termos da legislação tributária, para pleitear, obter e permanecer no gozo de quaisquer incentivos ou benefícios fiscais o interessado deverá fazer prova de quitação de dívidas municipais tributárias e não-tributárias, inscritas ou não na dívida ativa da Fazenda Pública. A instrução do procedimento demandará análise do cumprimento das obrigações acessórias pertinentes aos sistemas informatizados da Declaração de Serviços Prestados, Declaração de Para o caso de empresas já instaladas no Centro Histórico do Município de João Pessoa, a constatação da ampliação no quantitativo de mão-de-obra empregada para prestação de serviços tomará por base os meses de início e término do incentivo, conforme apurados em procedimento

2.1.5.13 ISS-Incentivo Fiscal-Redução-Polo Industrial*Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado*

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Certidão comprovando que o local de instalação do empreendimento está inserido no Polo Projeto ou plano de negócio, onde o requerente deverá apresentar a previsão de geração de empregos e da realização de investimentos na cidade de João Pessoa

Para as empresas já instaladas, o projeto ou plano de negócio indicado no item anterior deverá ainda descrever, conforme o caso, o percentual de:

I) ampliação na capacidade real instalada do empreendimento, durante o prazo de gozo do

II) diversificação ou modernização na capacidade real instalada do empreendimento, durante o

Observações

Por exigência fixada nos termos da legislação tributária, para pleitear, obter e permanecer no gozo de quaisquer incentivos ou benefícios fiscais o interessado deverá fazer prova de quitação de dívidas municipais tributárias e não-tributárias, inscritas ou não na dívida ativa da Fazenda Pública. A instrução do procedimento demandará análise do cumprimento das obrigações acessórias pertinentes aos sistemas informatizados da Declaração de Serviços Prestados, Declaração de Para o caso de empresas já instaladas no Polo Industrial de João Pessoa, a constatação da implantação da ampliação, diversificação ou modernização tomará por base os meses de início e término do incentivo, conforme apurados em procedimento fiscal

2.1.5.14 ISS-Incentivo Fiscal-Redução-Polo Turístico*Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado*

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Certidão comprovando que o local de instalação do empreendimento está inserido no Polo Polo Projeto ou plano de negócio, onde o requerente deverá apresentar a previsão de geração de empregos e da realização de investimentos na cidade de João Pessoa

Observações

Por exigência fixada nos termos da legislação tributária, para pleitear, obter e permanecer no gozo de quaisquer incentivos ou benefícios fiscais o interessado deverá fazer prova de quitação de dívidas municipais tributárias e não-tributárias, inscritas ou não na dívida ativa da Fazenda Pública. A instrução do procedimento demandará análise do cumprimento das obrigações acessórias pertinentes aos sistemas informatizados da Declaração de Serviços Prestados, Declaração de

2.1.6 Lançamento**2.1.6.1 ISS-Lançamento-Regime Normal***Identificação Requerente Pessoa Física*

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente



CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

*Observações***2.1.6.2 ISS-Lançamento-Regime Fixo-PJ***Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado*

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

*Observações***2.1.6.3 ISS-Lançamento-Regime Fixo-PF***Identificação Requerente Pessoa Física*

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

*Observações***2.1.7 Não-incidência****2.1.7.1 ISS-Não-incidência-Outras***Identificação Requerente Pessoa Física*

RG ou equivalente

CPF



Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

*Observações***2.1.8 Reexame de Ofício****2.1.8.1 ISS-Reexame de Ofício-Outras***Observações*

O presente processo é instaurado de ofício, por ato da autoridade julgadora de primeira instância, nos casos indicados na legislação tributária, de modo que não há exigências para a juntada de

2.1.9 Recurso Voluntário

2.1.9.1 ISS-Recurso Voluntário-Auto de Infração*Outros Documentos*

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Não será necessário juntar os documentos relacionados à identificação do requerente, seu representante legal ou seu procurador; ou outros que já se encontram anexados à impugnação

2.1.9.2 ISS-Recurso Voluntário-Estimativa*Outros Documentos*

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Não será necessário juntar os documentos relacionados à identificação do requerente, seu representante legal ou seu procurador; ou outros que já se encontram anexados à impugnação

2.1.9.3 ISS-Recurso Voluntário-Exclusão Simples Nacional*Outros Documentos*

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Não será necessário juntar os documentos relacionados à identificação do requerente, seu representante legal ou seu procurador; ou outros que já se encontram anexados à impugnação

2.1.9.4 ISS-Recurso Voluntário-Profissional Autônomo*Outros Documentos*

Página 103 de 137



Assinado por: J. J. SEBASTIÃO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/8625-C370-93A2-0BAE e informe o código: 8625-C370-93A2-0BAE

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

*Observações***2.1.10.3 ISS-Regime Especial de Tributação-Estimativa-Exclusão***Identificação Requerente Pessoa Física*

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

*Observações***2.1.10.4 ISS-Regime Especial de Tributação-Outras***Identificação Requerente Pessoa Física*

RG ou equivalente

CPF

Página 105 de 137



Assinado por: J. J. SEBASTIÃO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/8625-C370-93A2-0BAE e informe o código: 8625-C370-93A2-0BAE

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Não será necessário juntar os documentos relacionados à identificação do requerente, seu representante legal ou seu procurador; ou outros que já se encontram anexados à impugnação

2.1.9.5 ISS-Recurso Voluntário-Outras*Outros Documentos*

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Não será necessário juntar os documentos relacionados à identificação do requerente, seu representante legal ou seu procurador; ou outros que já se encontram anexados à impugnação

2.1.10 Regime Especial de Tributação**2.1.10.1 ISS-Regime Especial de Tributação-Sociedade Profissionais***Identificação Requerente Pessoa Física*

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

*Outros Documentos***#REFI**

Comprovante de registro no órgão ou entidade de classe de todos os profissionais habilitados, sejam sócios, contratados, terceirizados, empregados ou não, que prestem serviços na atividade.

Relação dos profissionais indicados no item anterior, contendo: nome completo, CPF, cargo, especificação do vínculo com a sociedade, bem como data-início e data-fim da atuação do profissional.

Declaração de que satisfaça todos os requisitos fixados no artigo 178 da Lei Complementar n. 103, de 23 de dezembro de 2008, assinada pelo representante da requerente ou procurador.

Decisão judicial que garanta o recolhimento fixo, se houver.

Observações

A data-fim apenas precisa ser indicada quando houver a intenção de calcular o imposto, aplicando-se retroativamente o referido regime de apuração, em decorrência de determinação judicial.

2.1.10.2 ISS-Regime Especial de Tributação-Estimativa-Inclusão*Identificação Requerente Pessoa Física*

RG ou equivalente

Página 104 de 137



Assinado por: J. J. SEBASTIÃO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/8625-C370-93A2-0BAE e informe o código: 8625-C370-93A2-0BAE

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

*Observações***2.1.11 Restituição****2.1.11.1 ISS-Restituição-NFA_Cancelamento***Identificação Requerente Pessoa Física*

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Cópia de cartão bancário ou outro documento que informe os dados da instituição financeira, agência, operação (se houver) e conta corrente/poupança de propriedade do requerente, na qual a declaração emitida pelo tomador do serviço, informando que o serviço não foi realizado e que a confirmação de autenticidade da declaração indicada no item anterior, juntar os seguintes documentos relativos ao tomador do serviço:

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente

Página 106 de 137



Assinado por: J. J. SEBASTIÃO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/8625-C370-93A2-0BAE e informe o código: 8625-C370-93A2-0BAE

CPF
Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado
Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade
Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade
Observações

2.1.11.2 ISS-Restituição-NFA_Substituição
Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF
Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado
Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade
Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade
Outros Documentos
Cópia de cartão bancário ou outro documento que informe os dados da instituição financeira, agência, operação (se houver) e conta corrente/poupança de propriedade do requerente, na qual a Declaração emitida pelo tomador do serviço, apontando o erro no preenchimento do documento fiscal e informando que concorda com sua substituição
Para confirmação de autenticidade da declaração indicada no item anterior, juntar os seguintes documentos relativos ao tomador do serviço:
Identificação Requerente Pessoa Física
RG ou equivalente
CPF

Página 107 de 137



Assinado por 1 pessoa: SEBASTIAO FERREIRA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/B025-C370-9342-GBAE

CPF
Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado
Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade
Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Observações

2.1.11.4 ISS-Restituição-NFSe_Substituição
Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF
Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado
Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade
Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade
Outros Documentos
Cópia de cartão bancário ou outro documento que informe os dados da instituição financeira, agência, operação (se houver) e conta corrente/poupança de propriedade do requerente, na qual a Declaração emitida pelo tomador do serviço, apontando o erro no preenchimento do documento fiscal e informando que concorda com sua substituição
Para confirmação de autenticidade da declaração indicada no item anterior, juntar os seguintes documentos relativos ao tomador do serviço:
Identificação Requerente Pessoa Física
RG ou equivalente
CPF
Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)
RG ou equivalente

Página 109 de 137



Assinado por 1 pessoa: SEBASTIAO FERREIRA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/B025-C370-9342-GBAE

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado
Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade
Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade
Observações

2.1.11.3 ISS-Restituição-NFSe_Cancelamento
Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF
Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado
Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade
Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade
Outros Documentos
Cópia de cartão bancário ou outro documento que informe os dados da instituição financeira, agência, operação (se houver) e conta corrente/poupança de propriedade do requerente, na qual a Declaração emitida pelo tomador do serviço, informando que o serviço não foi realizado e que Para confirmação de autenticidade da declaração indicada no item anterior, juntar os seguintes documentos relativos ao tomador do serviço:
Identificação Requerente Pessoa Física
RG ou equivalente
CPF
Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)
RG ou equivalente

Página 108 de 137



Assinado por 1 pessoa: SEBASTIAO FERREIRA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/B025-C370-9342-GBAE

CPF
Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado
Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade
Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Observações

2.1.11.5 ISS-Restituição-Outras
Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF
Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado
Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade
Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade
Outros Documentos
Cópia de cartão bancário ou outro documento que informe os dados da instituição financeira, agência, operação (se houver) e conta corrente/poupança de propriedade do requerente, na qual Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

2.1.12 Revisão de Dívida Inscrita

2.1.12.1 ISS-Revisão de Dívida Inscrita-Compensação
Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF

Página 110 de 137



Assinado por 1 pessoa: SEBASTIAO FERREIRA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/B025-C370-9342-GBAE

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente
CPF
Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado
Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF
Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade
Outros Documentos
Outros documentos que fundamentam o pedido
Observações

2.1.12.2 ISS-Revisão de Dívida Inscrita-Pagamento

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF
Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado
Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF
Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade
Outros Documentos
Outros documentos que fundamentam o pedido
Observações

2.1.12.3 ISS-Revisão de Dívida Inscrita-Parcelamento

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF
Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

Página 111 de 137

Assinado por: SEBASTIÃO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/8625-C370-93A2-GBAE



RG ou equivalente
CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente
CPF
Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado
Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF
Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade
Outros Documentos
Documentos que com provem a data da constituição definitiva dos créditos tributários e não tributários, acompanhados das razões pelas quais os débitos são considerados decaídos ou

2.1.12.6 ISS-Revisão de Dívida Inscrita-Suspensão

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF
Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado
Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF
Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade
Outros Documentos
Documentos que comprovem a alegação de suspensão por decisão judicial, incluindo a petição inicial e a decisão que suspendeu a exigibilidade, com indicação precisa dos débitos suspensos

2.1.12.7 ISS-Revisão de Dívida Inscrita-Outras

Página 113 de 137

Assinado por: SEBASTIÃO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/8625-C370-93A2-GBAE



RG ou equivalente
CPF
Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado
Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF
Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade
Outros Documentos
Outros documentos que fundamentam o pedido
Observações

2.1.12.4 ISS-Revisão de Dívida Inscrita-Precedente Vinculante

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF
Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado
Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF
Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade
Outros Documentos
Documentos e arrazoados que ensejam a aplicação dos dispositivos legais ou precedentes dos débitos inscritos em dívida ativa, bem com o, quando for o caso, dos documentos que com prove a adequação do caso concreto aos tem as constantes nas hipóteses de dispensa

Observações

Esse pedido refere-se à alegação de afronta a precedente vinculante, formado antes ou após inscrição em dívida ativa do Município e, em caso de precedentes não vinculantes de tribunais superiores, submetidos à sistemática dos recursos repetitivos ou da repercussão geral, apenas em

2.1.12.5 ISS-Revisão de Dívida Inscrita-Precrição-Decadência

Identificação Requerente Pessoa Física

Página 112 de 137

Assinado por: SEBASTIÃO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/8625-C370-93A2-GBAE



Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF
Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado
Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF
Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade
Outros Documentos
Outros documentos que fundamentam o pedido
Observações

2.1.13 Diversos

2.1.13.1 ISS-Diversos-NFA_Cancelamento

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF
Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado
Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF
Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade
Outros Documentos
Cópia de cartão bancário ou outro documento que informe os dados da instituição financeira, agência, operação (se houver) e conta corrente/poupança de propriedade do requerente, na qual Declaração emitida pelo tomador do serviço, informando que o serviço não foi realizado e que

Página 114 de 137

Assinado por: SEBASTIÃO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/8625-C370-93A2-GBAE



Para confirmação de autenticidade da declaração indicada no item anterior, juntar os seguintes documentos relativos ao tomador do serviço:

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Observações

2.1.13.2 ISS-Diversos-NFA_Substituição

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Cópia de cartão bancário ou outro documento que informe os dados da instituição financeira, agência, operação (se houver) e conta corrente/poupança de propriedade do requerente, na qual o

Declarado emitido pelo tomador do serviço, apontando o erro no preenchimento do documento

fiscal e informando que concorda com sua substituição

Página 115 de 137



Assinado por: SEBASTIÃO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/B025-C370-93A2-GBAE e informe o código B025-C370-93A2-GBAE

Para confirmação de autenticidade da declaração indicada no item anterior, juntar os seguintes documentos relativos ao tomador do serviço:

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Observações

2.1.13.4 ISS-Diversos-NFSe_Substituição

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Cópia de cartão bancário ou outro documento que informe os dados da instituição financeira, agência, operação (se houver) e conta corrente/poupança de propriedade do requerente, na qual o

Declarado emitido pelo tomador do serviço, apontando o erro no preenchimento do documento

fiscal e informando que concorda com sua substituição

Página 117 de 137



Assinado por: SEBASTIÃO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/B025-C370-93A2-GBAE e informe o código B025-C370-93A2-GBAE

Para confirmação de autenticidade da declaração indicada no item anterior, juntar os seguintes documentos relativos ao tomador do serviço:

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Observações

2.1.13.3 ISS-Diversos-NFSe_Cancelamento

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Cópia de cartão bancário ou outro documento que informe os dados da instituição financeira, agência, operação (se houver) e conta corrente/poupança de propriedade do requerente, na qual o

Declarado emitido pelo tomador do serviço, informando que o serviço não foi realizado e que

Página 116 de 137



Assinado por: SEBASTIÃO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/B025-C370-93A2-GBAE e informe o código B025-C370-93A2-GBAE

Para confirmação de autenticidade da declaração indicada no item anterior, juntar os seguintes documentos relativos ao tomador do serviço:

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Observações

2.1.13.5 ISS-Diversos-NFSe Simplificada

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

O presente requerimento deverá ser utilizado para solicitar autorização para uso de Nota Fiscal de

As razões que justificam o uso dessa modalidade de documentos fiscal devem ser apresentadas no

Página 118 de 137



Assinado por: SEBASTIÃO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/B025-C370-93A2-GBAE e informe o código B025-C370-93A2-GBAE

2.1.13.6 ISS-Diversos-RPSS
Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

O presente requerimento deverá ser utilizado para solicitar autorização para impressão e uso de Recibo Provisório de Serviços Simplificado

As razões que justificam o uso dessa modalidade de documentos fiscal devem ser apresentadas no

2.1.13.7 ISS-Diversos-RVT

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Modelo do documento a ser impresso

Observações

Página 119 de 137

Assinado por 1 pessoa: SEBASTIÃO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://jcpessoa.1doc.com.br/verificacao/8625-C370-93A2-0BAE> e informe o código 8625-C370-93A2-0BAE



2.2 RECEITA MOBILIÁRIA DIVERSA

2.2.1 Cadastral-Alteração

2.2.1.1 RECEITA MOBILIÁRIA DIVERSA-Cadastral-Alteração-Outras

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

2.2.2 Cadastral-Baixa

2.2.2.1 RECEITA MOBILIÁRIA DIVERSA-Cadastral-Baixa-Pessoa Jurídica

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Comprovante de baixa na Receita Federal

Comprovante de baixa na Receita Estadual, se for o caso

Comprovante de baixa na Junta Comercial, Registro Público de Pessoas Jurídicas ou outro

Observações

A instrução do pedido poderá demandar a designação de procedimento fiscal específico, a critério

2.2.2.2 RECEITA MOBILIÁRIA DIVERSA-Cadastral-Baixa-Profissional Autônomo

Identificação Requerente Pessoa Física

Página 121 de 137

Assinado por 1 pessoa: SEBASTIÃO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://jcpessoa.1doc.com.br/verificacao/8625-C370-93A2-0BAE> e informe o código 8625-C370-93A2-0BAE



O presente requerimento deverá ser utilizado para solicitar autorização para impressão e uso de As razões que justificam o uso dessa modalidade de documentos fiscal devem ser apresentadas no

2.1.13.8 ISS-Diversos-Recuperação de Senha

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Observações

2.1.13.9 ISS-Diversos-Outras

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Página 120 de 137

Assinado por 1 pessoa: SEBASTIÃO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://jcpessoa.1doc.com.br/verificacao/8625-C370-93A2-0BAE> e informe o código 8625-C370-93A2-0BAE



RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Quando se tratar de encerramento das atividades, comprovante de baixa no órgão ou entidade de classe. Caso a profissão não dependa de registro em órgão ou entidade de classe, informar essa

circunstância mediante declaração do órgão ou entidade de classe. Caso a profissão não dependa

de registro em órgão ou entidade de classe, juntar comprovante de residência atualizado, relativo a

período inferior a 90 (noventa) dias, tais como: água, energia, telefone fixo, tv a cabo, condomínio,

Observações

2.2.3 Cadastral-Inscrição

2.2.3.1 RECEITA MOBILIÁRIA DIVERSA-Cadastral-Inscrição-Condomínio

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Ato constitutivo registrado no Registro Público de Pessoas Jurídicas

Observações

2.2.3.2 RECEITA MOBILIÁRIA DIVERSA-Cadastral-Inscrição-Pessoa Jurídica

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Página 122 de 137

Assinado por 1 pessoa: SEBASTIÃO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://jcpessoa.1doc.com.br/verificacao/8625-C370-93A2-0BAE> e informe o código 8625-C370-93A2-0BAE



Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Comprovante de inscrição na Receita Estadual, se for o caso
Ato constitutivo registrado na Junta Comercial, Registro Público de Pessoas Jurídicas ou outro órgão competente, conforme o caso

Comprovante de residência atualizado, relativo a período inferior a 90 (noventa) dias, tais como: água, energia, telefone fixo, tv a cabo, condomínio, cartão de crédito, etc. das pessoas indicadas

Observações

2.2.3.3 RECEITA MOBILIÁRIA DIVERSA-Cadastral-Inscrição-Profissional Autônomo

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Comprovante de inscrição no órgão ou entidade de classe. Caso a profissão não dependa de registro em órgão ou entidade de classe, informar essa circunstância no requerimento

Observações

Nos termos da legislação tributária, quando se tratar de motorista profissional, condutor auxiliar ou guia de turismo, o pedido de inscrição deve ser cumulado com o de incentivo fiscal-redução de ISS

2.2.4 Cadastral-Reativação

2.2.4.1 RECEITA MOBILIÁRIA DIVERSA-Cadastral-Reativação-Outras

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

Página 123 de 137



Assinado por 1 pessoa: SEBASTIÃO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/8625-C370-93A2-0BAE>

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Documentos que comprovem os créditos do requerente contra a Fazenda Pública Municipal,
I) direito à restituição de pagamento indevido, reconhecido por decisão definitiva, administrativa ou
II) direito a pagamento objeto de empenho já liquidado, ainda que decorra de precatório judicial

Observações

2.2.7 Consulta

2.2.7.1 RECEITA MOBILIÁRIA DIVERSA-Consulta-Outras

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

2.2.8 Impugnação

2.2.8.1 RECEITA MOBILIÁRIA DIVERSA-Impugnação-Outras

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Página 125 de 137



Assinado por 1 pessoa: SEBASTIÃO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/8625-C370-93A2-0BAE>

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Documentos que comprovem estarem regularizados os motivos que originaram a suspensão por ato de ofício e comprovado o cumprimento das obrigações principais e acessórias relativas ao

Observações

Se a inscrição não tiver sido suspensa por ato de ofício, não há necessidade de juntada de documentação que comprove estarem regularizados os motivos que originaram a suspensão

2.2.5 Cadastral-Suspensão

2.2.5.1 RECEITA MOBILIÁRIA DIVERSA-Cadastral-Suspensão-Outras

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Documentos que justificam a suspensão da atividade, se houver

Observações

2.2.6 Compensação

2.2.6.1 RECEITA MOBILIÁRIA DIVERSA-Compensação-Outras

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Página 124 de 137



Assinado por 1 pessoa: SEBASTIÃO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/8625-C370-93A2-0BAE>

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

É obrigatória a apresentação de impugnação individualizada para cada ato de lançamento

2.2.9 Incentivo Fiscal-Isenção

2.2.9.1 RECEITA MOBILIÁRIA DIVERSA-Incentivo Fiscal-Isenção-Outras

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente

CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente

CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Por exigência fixada nos termos da legislação tributária, para pleitear, obter e permanecer no gozo de quaisquer incentivos ou benefícios fiscais o interessado deverá fazer prova de quitação de dívidas municipais tributárias e não-tributárias, inscritas ou não na dívida ativa da Fazenda Pública

2.2.10 Incentivo Fiscal-Redução

2.2.10.1 RECEITA MOBILIÁRIA DIVERSA-Incentivo Fiscal-Redução-Outras

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente

CPF

Página 126 de 137



Assinado por 1 pessoa: SEBASTIÃO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/8625-C370-93A2-0BAE>

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado
Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade
Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade
Outros Documentos
Outros documentos que fundamentam o pedido
Observações
Por exigência fixada nos termos da legislação tributária, para pleitear, obter e permanecer no gozo de quaisquer incentivos ou benefícios fiscais o interessado deverá fazer prova de quitação de dívidas municipais tributárias e não-tributárias, inscritas ou não na dívida ativa da Fazenda Pública

2.2.11 Lançamento
2.2.11.1 RECEITA MOBILIÁRIA DIVERSA-Lançamento-Outras
Identificação Requerente Pessoa Física
RG ou equivalente
CPF
Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado
Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade
Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade
Outros Documentos
Outros documentos que fundamentam o pedido
Observações

2.2.12 Não-incidência
2.2.12.1 RECEITA MOBILIÁRIA DIVERSA-Não-incidência-Outras

Página 127 de 137

Assinado por 1 pessoa: SEBASTIÃO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/8625-CF70-9342-GBAE> e informe o código: 8625-CF70-9342-GBAE



Identificação Requerente Pessoa Física
RG ou equivalente
CPF
Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado
Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade
Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade
Outros Documentos
Outros documentos que fundamentam o pedido
Observações

2.2.13 Reexame de Ofício
2.2.13.1 RECEITA MOBILIÁRIA DIVERSA-Reexame de Ofício-Outras
Observações
O presente processo é instaurado de ofício, por ato da autoridade julgadora de primeira instância, nos casos indicados na legislação tributária, de modo que não há exigências para a juntada de

2.2.14 Recurso Voluntário
2.2.14.1 RECEITA MOBILIÁRIA DIVERSA-Recurso Voluntário-Outras
Outros Documentos
Outros documentos que fundamentam o pedido
Observações
Não será necessário juntar os documentos relacionados à identificação do requerente, seu representante legal ou seu procurador; ou outros que já se encontram anexados à impugnação

2.2.15 Regime Especial de Tributação
2.2.15.1 RECEITA MOBILIÁRIA DIVERSA-Regime Especial de Tributação-Outras
Identificação Requerente Pessoa Física
RG ou equivalente
CPF
Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado
Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Página 128 de 137

Assinado por 1 pessoa: SEBASTIÃO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/8625-CF70-9342-GBAE> e informe o código: 8625-CF70-9342-GBAE



Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade
Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade
Outros Documentos
Outros documentos que fundamentam o pedido
Observações
Por exigência fixada nos termos da legislação tributária, para pleitear, obter e permanecer no gozo de quaisquer incentivos ou benefícios fiscais o interessado deverá fazer prova de quitação de dívidas municipais tributárias e não-tributárias, inscritas ou não na dívida ativa da Fazenda Pública

2.2.16 Restituição
2.2.16.1 RECEITA MOBILIÁRIA DIVERSA-Restituição-Outras
Identificação Requerente Pessoa Física
RG ou equivalente
CPF
Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado
Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade
Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade
Outros Documentos
Cópia de cartão bancário ou outro documento que informe os dados da instituição financeira, agência, operação (se houver) e conta corrente/poupança de propriedade do requerente, na qual
Outros documentos que fundamentam o pedido
Observações

2.2.17 Revisão de Dívida Inscrita
2.2.17.1 RECEITA MOBILIÁRIA DIVERSA-Revisão de Dívida Inscrita-Compensação
Identificação Requerente Pessoa Física
RG ou equivalente
CPF

Página 129 de 137

Assinado por 1 pessoa: SEBASTIÃO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/8625-CF70-9342-GBAE> e informe o código: 8625-CF70-9342-GBAE



Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado
Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade
Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade
Outros Documentos
Outros documentos que fundamentam o pedido
Observações

2.2.17.2 RECEITA MOBILIÁRIA DIVERSA-Revisão de Dívida Inscrita-Pagamento
Identificação Requerente Pessoa Física
RG ou equivalente
CPF
Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado
Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade
Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade
Outros Documentos
Outros documentos que fundamentam o pedido
Observações

2.2.17.3 RECEITA MOBILIÁRIA DIVERSA-Revisão de Dívida Inscrita-Parcelamento
Identificação Requerente Pessoa Física
RG ou equivalente
CPF
Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

Página 130 de 137

Assinado por 1 pessoa: SEBASTIÃO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/8625-CF70-9342-GBAE> e informe o código: 8625-CF70-9342-GBAE



RG ou equivalente
CPF
Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado
Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade
Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade
Outros Documentos
Outros documentos que fundamentam o pedido
Observações

2.2.17.4 RECEITA MOBILIÁRIA DIVERSA-Revisão de Dívida Inscrita-Precedente Vinculante

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF
Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado
Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade
Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade
Outros Documentos
Documentos e arrazoados que ensejam a aplicação dos dispositivos legais ou precedentes dos débitos inscritos em dívida ativa, bem com o, quando for o caso, dos documentos que com proveito a adequação do caso concreto aos tem as constantes nas hipóteses de dispensa
Observações

Esse pedido refere-se à alegação de afronta a precedente vinculante, formado antes ou após a inscrição em dívida ativa do Município e, em caso de precedentes não vinculantes de tribunais superiores, submetidos à sistemática dos recursos repetitivos ou da repercussão geral, apenas em caso de decisão favorável.

2.2.17.5 RECEITA MOBILIÁRIA DIVERSA-Revisão de Dívida Inscrita-Precrição-Decadência

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF
Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado
Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade
Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade
Outros Documentos
Documentos que com proveito a data da constituição definitiva dos créditos tributários e não tributários, acompanhados das razões pelas quais os débitos são considerados decaídos ou prescritos
Observações

2.2.17.6 RECEITA MOBILIÁRIA DIVERSA-Revisão de Dívida Inscrita-Suspensão

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF
Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado
Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade
Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade
Outros Documentos
Documentos que comprovem a alegação de suspensão por decisão judicial, incluindo a petição inicial e a decisão que suspendeu a exigibilidade, com indicação precisa dos débitos suspensos
Observações

2.2.17.7 RECEITA MOBILIÁRIA DIVERSA-Revisão de Dívida Inscrita-Outras

Página 131 de 137



Assinado por 1 pessoa: SEBASTIÃO FETICOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://jcp.joao Pessoa.16cc.com.br/verificacao/8625-C370-93A2-9BAE>

Identificação Requerente Pessoa Física
RG ou equivalente
CPF
Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado
Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade
Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade
Outros Documentos
Outros documentos que fundamentam o pedido
Observações

2.2.18 Diversos

2.2.18.1 RECEITA MOBILIÁRIA DIVERSA-Diversos-Outras

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF
Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado
Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade
Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade
Outros Documentos
Outros documentos que fundamentam o pedido
Observações

3 GERAL

Página 133 de 137

Assinado por 1 pessoa: SEBASTIÃO FETICOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://jcp.joao Pessoa.16cc.com.br/verificacao/8625-C370-93A2-9BAE>



3.1 RECEITA NÃO CLASSIFICADA

3.1.1 Certidão

3.1.1.1 RECEITA NÃO CLASSIFICADA-Certidão-CPD

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF
Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado
Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade
Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade
Outros Documentos
Outros documentos que fundamentam o pedido
Observações
Essa opção deve ser utilizada para solicitar a emissão de Certidão Positiva de Débitos - CPD

3.1.1.2 RECEITA NÃO CLASSIFICADA-Certidão-CPEN

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF
Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante
Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado
Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal
Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade
Ato que nomeou ou designou o representante da entidade
Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)
RG ou equivalente
CPF
Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade
Outros Documentos
Outros documentos que fundamentam o pedido
Observações

Página 134 de 137

Assinado por 1 pessoa: SEBASTIÃO FETICOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://jcp.joao Pessoa.16cc.com.br/verificacao/8625-C370-93A2-9BAE>



Essa opção deve ser utilizada para solicitar a emissão de Certidão Positiva com Efeito de Negativa - CPEN, caso a mesma não tenha sido gerada automaticamente no Portal do Contribuinte

3.1.1.3 RECEITA NÃO CLASSIFICADA-Certidão-CITBI
Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Guia de lançamento do ITBI, podendo ser substituída pela simples indicação do número da mesma

Observações

Essa opção deve ser utilizada para solicitar a emissão de Certidão de Emissão de Guia de

Reconhecimento de Não-incidência de ITBI - CITBI, caso a mesma não tenha sido gerada

3.1.1.4 RECEITA NÃO CLASSIFICADA-Certidão-Outras
Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Página 135 de 137

Atestado por 1 pessoa: SEBASTIÃO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/8625-C370-9342-0BAE



Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Página 137 de 137

Atestado por 1 pessoa: SEBASTIÃO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/8625-C370-9342-0BAE



Observações

Essa opção deve ser utilizada para solicitar a emissão de certidões não especificadas nos itens anteriores, caso a mesma não possa ser gerada automaticamente no Portal do Contribuinte

3.1.2 Prorrogação de Prazo

3.1.2.1 RECEITA NÃO CLASSIFICADA-Prorrogação de Prazo-Ordem de Serviço

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Outros documentos que fundamentam o pedido

Observações

Essa opção deve ser utilizada para formalizar o pedido de prorrogação de prazo para atender a

requisição formulada em procedimento fiscal em curso

3.1.2.2 RECEITA NÃO CLASSIFICADA-Prorrogação de Prazo-Sistema Informatizado

Identificação Requerente Pessoa Física

RG ou equivalente
CPF

Identificação Representante Legal da Pessoa Física (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Certidão de nascimento do representado ou ato que nomeou ou designou o representante

Identificação Requerente Pessoa Jurídica ou Ente Equiparado

Comprovante de inscrição no CNPJ, caso a entidade não conste no Cadastro Mobiliário Fiscal

Comprovante de inscrição no CPF e RG ou equivalente do representante da entidade

Ato que nomeou ou designou o representante da entidade

Identificação do(a) Procurador(a) (Se houver)

RG ou equivalente
CPF

Procuração pública ou particular com firma reconhecida, podendo ser dispensado o reconhecimento, se existir confirmação eletrônica de autenticidade

Outros Documentos

Atesto do Chefe do Setor de Atendimento, constatando a indisponibilidade do serviço

Observações

Essa opção deve ser utilizada para formalizar o pedido de prorrogação de prazo para pagamento

ou para a prática de outro ato em virtude de indisponibilidade no serviço de atendimento da

3.1.3 Diversos

3.1.3.1 RECEITA NÃO CLASSIFICADA-Diversos-Outras

Página 136 de 137

Atestado por 1 pessoa: SEBASTIÃO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/8625-C370-9342-0BAE



ANEXO II

(art. 2º, §1º, VIII)

DECLARAÇÃO PARA FINS DE LANÇAMENTO DO ITBI

ESTA DECLARAÇÃO TEM EFEITO DE TÍTULO AQUISITIVO PARA EMISSÃO DE GUIA DE ITBI EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR

Os declarantes, na qualidade de alienante/cedente e adquirente/cessionário, ou seu(s) procurador(es), abaixo identificados, certificam e subscrevem junto à Secretaria da Receita Municipal, para efeito de lançamento e emissão de guia de ITBI, a presente declaração, que atesta a ocorrência de transação imobiliária, nos seguintes termos:

Dados da Transação Imobiliária	
Inscrição do Imóvel	Valor Declarado
Forma de Pagamento	
() à vista () a prazo	
Se à vista:	
Data do Pagamento:	Data da Posse:
____/____/____	____/____/____
Se a prazo:	
Número de Parcelas	Saldo Devedor (se houver)
Data do Sinal:	Data da 1ª Parcela:
____/____/____	____/____/____
Data da Posse:	Data da Última Parcela:
____/____/____	____/____/____

Atestado por 1 pessoa: SEBASTIÃO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/8625-C370-9342-0BAE



ou	
Posse ainda não entregue ()	

Após pagamento do referido tributo e concluídos todos os termos da transação imobiliária, afirmam os declarantes que será lavrada a escritura pública e promovido o seu registro, conforme prevê o artigo 1.245 da Lei Ordinária Federal n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro).

ALIENANTE/CEDENTE: _____

CPF/CNPJ: _____ ASSINATURA: _____

PROCURADOR ALIENANTE/CEDENTE: _____

CPF: _____ ASSINATURA: _____

ADQUIRENTE/CESSIONÁRIO: _____

CPF/CNPJ: _____ ASSINATURA: _____

PROCURADOR ADQUIRENTE/CESSIONÁRIO: _____

CPF: _____ ASSINATURA: _____

Ass. do Emitente da Guia de ITBI

ANEXO III

(art. 4º, caput)

SERVIÇOS PRESTADOS NOS POSTOS DE ATENDIMENTO PRESENCIAL

MÓDULO IMOBILIÁRIO

Serviços IPTU / TCR

1. Emissão do boleto da 2ª via de IPTU/TCR do ano corrente (pagamento em cota única ou parcelado); Emissão do boleto de IPTU/TCR dívida ativa ou executada em protesto para pagamento em cota única;
2. Emissão do boleto de IPTU/TCR dívida ativa ou executada em protesto para pagamento em parcelamento;
3. Emissão do boleto de IPTU/TCR em dívida administrativa para pagamento em cota única ou em parcelamento;
4. Reparcimento de acordo de dívida administrativa IPTU / TCR para pagamento em cota única ou em parcelas;
5. Emissão do boleto de IPTU/TCR dívida ativa ou executada para pagamento em cota única;
6. Reparcimento de acordo de dívida ativa ou executada IPTU / TCR para pagamento em cota única ou em parcelas;
7. Ficha cadastral do imóvel;
8. Relatório de dívida do imóvel (razão do imóvel);
9. Certidão negativa do imóvel determinado.

Serviços ITBI

1. Solicitação de emissão de ITBI;
2. Emissão do boleto de ITBI para pagamento em cota única;
3. Emissão do boleto de ITBI para pagamento em parcelamento ou reparcimento;
4. Solicitar revisão de avaliação para fins ITBI.

Serviços Diversos

1. Emissão do boleto de auto de infração de imóvel dívida ativa/executada para pagamento em cota única, em parcelamento ou reparcimento;
2. Emissão do boleto de multa /auto de infração de meio ambiente em dívida administrativa para pagamento em cota única, em parcelamento ou reparcimento;
3. Emissão do boleto dívida ativa/executada de multa /auto de infração de vigilância sanitária e meio ambiente para pagamento em cota única, em parcelamento ou reparcimento;

4. Emissão do boleto de dívida ativa/executada para contribuinte com inscrição mercantil ou sem inscrição de multa do Procon Municipal para pagamento em cota única, em parcelamento ou reparcimento;
5. Consulta de imóvel por proprietário, contribuinte e logradouro;
6. Emissão de certidão negativa de tributos;
7. Emissão de certidão positiva com efeito de negativa.

MÓDULO MERCANTIL

Serviços ISS PF/PJ

1. Emissão da 2ª via do boleto de ISS pessoa física do ano corrente (cota única ou parcelado).
2. Emissão do razão mercantil (Pessoa Física/Jurídica);
3. Emissão de certidão de baixa de inscrição mercantil pessoa física;
4. Emissão do boleto de pagamento de auto de infração em dívida administrativa ou em execução de ISS pessoa jurídica para pagamento em cota única;
5. Emissão do boleto de pagamento de auto de infração em dívida administrativa ou em execução de ISS pessoa jurídica para pagamento em parcelamento ou reparcimento;
6. Emissão do boleto de pagamento em dívida administrativa ou em execução de ISS pessoa física para pagamento em cota única;
7. Emissão do boleto de pagamento em dívida administrativa ou em execução de ISS pessoa física para pagamento em parcelamento ou reparcimento;
8. Emissão de nota fiscal de serviço avulsa pessoa física sem inscrição municipal com incidência de ISS;
9. Emissão de nota fiscal de serviço avulsa pessoa física com inscrição municipal sem incidência de ISS;
10. Emissão de 2ª via do CISC.

Atestado por 1 pessoa: SEBASTIÃO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://joaopessoa.idoc.com.br/verificacao/8625-C370-93A2-0BAE>



Atestado por 1 pessoa: SEBASTIÃO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://joaopessoa.idoc.com.br/verificacao/8625-C370-93A2-0BAE>



Atestado por 1 pessoa: SEBASTIÃO FEITOSA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://joaopessoa.idoc.com.br/verificacao/8625-C370-93A2-0BAE>



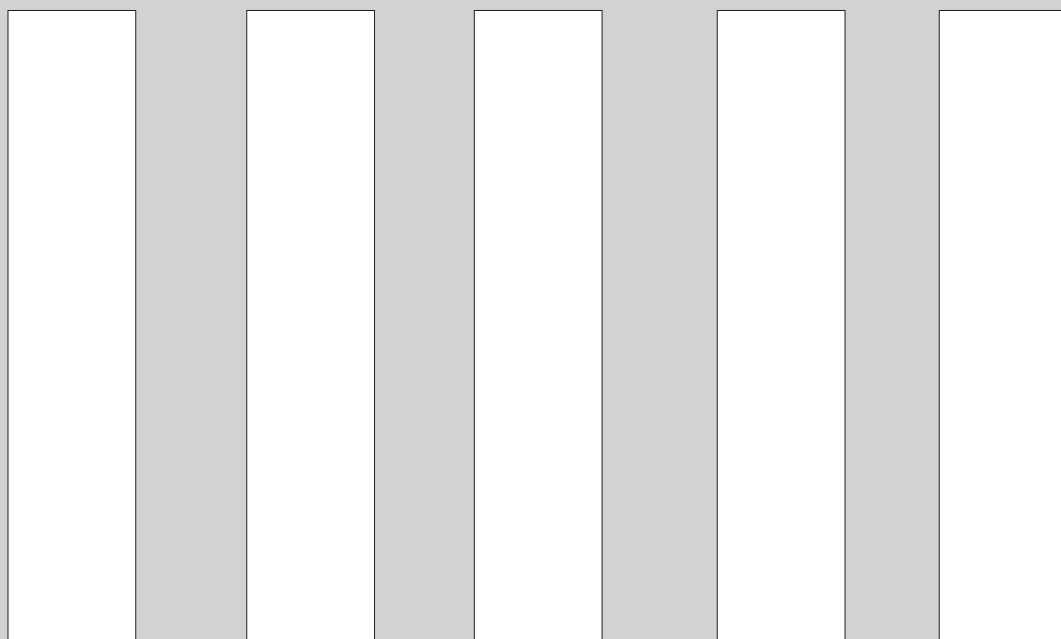
**CIDADE COM SOM ALTO,
EDUCAÇÃO LÁ EMBAIXO.
SEJA SEMPRE EDUCADO.**

Em casa, na rua, na praia, no trânsito,
no barzinho ou em qualquer lugar,
poluição sonora não é legal.
Ela prejudica a nossa saúde,
o meio ambiente e é crime.

SE PRECISAR, DENUNCIE.
3218-9208



RESPEITE A FAIXA DE PEDESTRE



FAÇA SUA PARTE

**JOÃO PESSOA JÁ
ESTÁ SE ORGULHANDO**